

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PATRICIA ANDREA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COLOMBO:  
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE CÂMARA ITINERANTE.

CURITIBA

2019

PATRICIA ANDREA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COLOMBO:  
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE CÂMARA ITINERANTE.

Projeto Técnico apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Maria Luísa Carvalho

CURITIBA

2019

## **RESUMO**

O presente estudo aborda a gestão democrática e participação popular na Câmara Municipal de Colombo (CMC), Paraná, tendo por objetivo principal propor um programa de câmara itinerante nas regionais do município em questão a fim de incentivar a atuação popular e fortalecer a democracia. Para melhor compreender a situação-problema - pequena participação da população nas sessões da casa (média de 24 pessoas por sessão) - realizou-se um diagnóstico por meio de uma metodologia quali-quantitativa descritiva que teve como instrumentos de investigação questionários e entrevistas aplicados a funcionários da CMC e população, bem como um levantamento bibliográfico sobre programas de participação popular em Câmaras Municipais e Estaduais, para embasamento teórico e prático da proposta de intervenção. O diagnóstico apontou que a baixa participação popular nas sessões se deve ao desinteresse e desconhecimento do indivíduo ocasionado pela falta de ampla divulgação, distância entre a CMC e as regiões de maior população do município e o horário das sessões coincidindo com o horário comercial. A partir dos dados do diagnóstico e da pesquisa bibliográfica elaborou-se uma proposta técnica de criação de um programa de Câmara Itinerante a partir do segundo semestre de 2019 nas Regionais no município.

Palavras-chave: Câmara Itinerante. Democracia Participativa. Democracia Representativa. Participação Popular. Processo Legislativo.

## **ABSTRACT**

The present study deals with the democratic management and popular participation in the Municipal Chamber of Colombo (MCC), Paraná, with the main goal of proposing an itinerant Chamber program at the city's regionals, in order to encourage public participation and strengthen democracy. For a better understanding of the problem – which is the small number of people in the Chamber sessions (an average of 24 people per session) – a diagnosis was made by means of a quantitative and qualitative methodology that had as instruments of investigation questionnaires and interviews applied to MCC employees and population, as well as bibliographical research about the participation programs in the Municipal or State Chamber, as theoretical and practical foundation for the intervention proposal. The diagnosis indicated that the low popular participation in the sessions is due to the citizen's lack of interest and knowledge, caused by the inefficiency in wide broadcasting, geographic distance between the MCC and the most populated neighborhoods, and the time of the sessions coinciding with business hours. Based on the diagnostic data and bibliographic research, a technical proposal for the creation of an itinerant Chamber program was elaborated, and it will be implanted in the second semester of 2019 on the regionals in the municipality.

**Keywords:** Itinerant Chamber. Legislative Process. Participative Democracy. Public Participation. Representative Democracy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

CI	- Câmara Itinerante
CF	- Constituição Federal
CM	- Câmara Municipal
CMS	- Câmaras Municipais
CMC	- Câmara Municipal de Colombo
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1	APRESENTAÇÃO .....	6
1.2	OBJETIVO GERAL.....	7
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	7
1.4	JUSTIFICATIVA .....	7
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>8</b>
2.1	DEMOCRACIA REPRESENTATIVA .....	9
2.2	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	11
2.2.1	Participação popular no município.....	12
2.2.1.1	Aspectos funcionais de câmaras municipais .....	14
2.2.1.2	Instrumentos de participação popular nos municípios .....	16
<b>3</b>	<b>DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....</b>	<b>18</b>
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO .....	18
3.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....	20
<b>4</b>	<b>PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA ....</b>	<b>29</b>
4.1	PROPOSTA TÉCNICA .....	29
4.1.1	Plano de implantação.....	30
4.1.2	Recursos .....	36
4.1.3	Resultados esperados.....	37
4.1.4	Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.....	39
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>
	<b>APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DESTINADO À CMC .....</b>	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DESTINADO À POPULAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
	<b>ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DA CMC .....</b>	<b>51</b>
	<b>ANEXO 2 – ATA Nº34/98 .....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO 3 – ATA Nº35/98.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO

A temática escolhida aborda aspectos da gestão democrática e da participação popular no Poder Legislativo Municipal. Conforme apresentam Barreto, Moura e Guerra (2015), a gestão democrática pode ser entendida como um passo importante que leva todos os envolvidos ou representante dos envolvidos a opinar e decidir sobre as prioridades, refletindo ações coletivas.

A participação popular visa à construção da cidadania e o reconhecimento de que todos os cidadãos têm com os mesmos direitos e igualdade de condições, como já estabelecia a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Faz-se necessário que sejam criados meios para promover tais exercícios de cidadania para aprofundar o conhecimento e as práticas efetivas da participação da comunidade nas decisões do Poder Legislativo Municipal, sendo fundamental para o crescimento da cidade, bem como de melhorias para a gestão pública, saindo de um modelo centralizador para uma nova postura baseada na participação popular (BARRETO; MOURA; GUERRA, 2015). O aprofundamento do processo participativo é condição prévia para a consolidação da democracia e efetivo combate às desigualdades econômicas, bem como se deve e considerar que é necessário à participação popular nos diferentes níveis de ciclos de políticas públicas sendo essencial para o desempenho da gestão e para ampliar os debates nas conferências do município.

O projeto técnico foi realizado na Câmara Municipal de Colombo, (CMC), Paraná, a qual exerce o Poder Legislativo no município através de um conjunto de ações denominado processo legislativo. Entre uma de suas principais atribuições está a elaboração de leis, a qual introduz novas regras jurídicas a serem obrigatoriamente seguidas por todo munícipe, que ocorrem a partir da ideia do interesse local (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018).

A Câmara Municipal (CM) é o local de excelência da democracia que estimula a sociedade à compreensão das atividades parlamentares e toda a dinâmica legislativa, o que proporciona ao cidadão ser de fato o sujeito exercendo seus direitos e seu poder de decisão, ou seja, a participação popular no processo da elaboração legislativa é um dos instrumentos de fortalecimento da democracia participativa (DALLARI, 1985). É no plenário da CMC onde ocorrem as sessões ordinárias e extraordinárias todas as terças-feiras a partir das 16hr, local destinado para que a população tenha direito de acompanhar, opinar e levantar discussões sobre as reivindicações da comunidade em prol do bem-estar comum.



Apesar da relevância da participação popular nas atividades das Câmaras Municipais (CMS), com destaque para as sessões, se observou que na CMC, essa participação é muito baixa com uma média de 24 pessoas por sessão, incluindo os convidados pessoais dos vereadores. Nesse sentido, o presente projeto apresentará uma proposta de intervenção com intuito de promover o aumento da participação da população na CMC.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

- Propor um programa de câmara itinerante nas regionais do município para o incentivo à participação popular no processo legislativo a ser implantado no segundo semestre de 2019.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar breve histórico da Câmara Municipal de Colombo para a compreensão da missão, visão e valores;
- Identificar os mecanismos de participação popular da Câmara Municipal de Colombo;
- Verificar os fatores facilitadores e dificultadores da participação popular na Câmara Municipal de Colombo;
- Averiguar as ações indicadas para o aumento da participação popular.

## 1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Promover a participação da comunidade nas decisões do legislativo permite o exercício da cidadania, leva os cidadãos a desempenhar um papel fundamental nas atividades públicas, atrelando conhecimento prático e teórico para possíveis encaminhamentos futuros que tragam benefício para a gestão. Segundo Barreto, Moura e Guerra (2015), os benefícios da participação para o município e para o legislativo são diversos tais como incentivar a inserção de propostas inovadoras; inova as formas de gestão centralizadora para uma visão democrática; traz provisões nas decisões buscando o que é prioridade para o coletivo.

Isto posto, a importância do projeto para a organização será o dinamismo em projetos em geral, a celeridade no atendimento à população, bem como conhecer os problemas reais da cidade. E para os munícipes se dará através da compreensão de o todo processo decisório e a



conscientização da necessidade de sua participação política incentivando a democracia participativa. Para esses autores, dessa aproximação e inteiração que emerge o conhecimento e a informação, e instiga a comunidade a participar das atividades legislativas, pois é imprescindível, já que as decisões tomadas em relação ao desenvolvimento local, das políticas públicas e dentre outros temas são essenciais para a vida de toda a população do município.

Este estudo, portanto, busca apresentar uma proposta que seja eficiente e que mude a realidade sobre a participação democrática nas sessões do legislativo, a fim de buscar uma aproximação da população nas mesmas. Assim, a proposta do projeto técnico será um Programa de Câmara Itinerante (CI), o qual tem como objetivo levar as atividades do processo legislativo para próximo da população, readequando datas e horários das sessões ordinárias.

Dessa forma, o projeto resultará em posterior consulta para outras organizações e contribuirá de maneira concreta como ferramenta de formação para uma sociedade comprometida e cidadã efetiva nas demandas sociais.

A autora da presente proposta do projeto técnico é servidora pública concursada da CMC, a qual se propôs realizar o estudo e teve acesso a todas as informações necessárias para desenvolver a pesquisa com a autorização do presidente da casa ver (anexo, 1), visto que até o momento não houve nenhum estudo sobre o tema.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos, divididos de tópicos e subtópicos que trazem uma bagagem teórica e análise de resultados buscados em diferentes fontes. O segundo capítulo traz uma abordagem teórica sobre conceitos e definições sobre termos e assuntos que correspondem ao tema pesquisado. No terceiro capítulo, encontram-se os diagnósticos, onde estão as descrições das pesquisas realizadas junto aos parlamentares, assessores e servidores em geral que atuam na CMC; bem como dos resultados das entrevistas aplicadas junto à população de Colombo sobre a atuação dos seus representantes e a participação nas decisões para as problemáticas existentes. O quarto capítulo traz a proposta técnica indicando possíveis soluções da situação problema.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A revisão bibliográfica abordará inicialmente a questão da Democracia Representativa, definida como um modelo em que a sociedade designa a um representante a tomada de decisões em prol da comunidade. Em seguida será apresentada a Democracia Participativa entendida como um modelo que inclui o cidadão nas decisões que formarão os atos do governo e afetarão a vida da sociedade. No próximo tópico será abordada a

Participação popular no município para o entendimento que este é o espaço facilitador para a democracia participativa. Também abordará os aspectos funcionais das CMS do país para elucidar sobre as funções dos parlamentares e as leis que os regem. No último item, será tratado sobre ações de participação popular nas CMS que foram exemplos bem-sucedidos os quais embasarão a elaboração da proposta do presente projeto.

## 2.1 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A origem do termo democracia foi na Grécia Antiga: *demo* (povo) e *kracia* (governo). A cidade de Atenas desenvolveu como um sistema político como um dos direitos fundamentais do homem em que o poder está na vontade do povo de forma direta ou indireta nas questões governamentais, sendo um governo do povo e para ele (CARNEIRO, 2007). Então, se pode afirmar que a democracia é preconizada como um regime político que promove, respeita e protege os direitos individuais e coletivos.

A promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, denominada como Constituição Cidadã, introduziu diversas e importantes ferramentas que asseguram e estimulam a participação da sociedade civil nas decisões políticas e públicas do país. Ilustrado no seu artigo primeiro o qual declara que “[...] todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.1); e em seu artigo 37, parágrafo terceiro o qual disciplina as formas de participação do cidadão na administração pública direta e indireta. Dessa forma, a constituição incorporou a o princípio da participação popular como um mecanismo para o avanço do Estado Democrático de Direito ao definir instrumentos, modos e meios de exercer e participar democraticamente nas esferas públicas, as quais podem ser Federal, Estadual ou Municipal (AVRITZER, 2009).

Isto posto, o cidadão quando dispõe desses mecanismos de participação estabelecidos pela legislação cria governos com uma abertura mais democrática, e, sendo a participação social essencial para a democratizar o país, consequentemente haverá envolvimento da população com o governo o que poderá motivar e fortalecer o exercício da cidadania (SALLES, 2014). A autora acredita que a representação delega por completo o poder aos eleitos para cuidar da cidade, administrar e tomar as decisões e culmina na frustração das demandas não atendidas. Já nos mecanismos de participação, os cidadãos são mais ativos por se inteirar dos acontecimentos e influenciar nas decisões.

A chamada de democracia representativa é um processo político para regular a participação popular, elegendo os representantes de forma igualitária através do voto universal secreto, com as eleições periódicas. Assim, os cidadãos consentem a estes representantes que tomem as decisões, as chamadas deliberações, importantes que irão afetar toda a sociedade (SALLES, 2014).

Porém, essa relação entre os eleitos e os eleitores é parcial e não garante que tais representantes manifestem a preferência de seus eleitores e, quando não há o cumprimento das promessas realizadas nas campanhas eleitorais a consequência será que em próximos processos eleitorais tais representantes são reavaliados pelos eleitores e poderá haver mudanças nesse quadro político (MANIN, 1995).

O sistema brasileiro de representação democrático passou por avanços como o voto universal, eleições periódicas e hoje está passando por mudanças devido as transformações sociais e culturais associados com a corrupção, manipulação na opinião pública, indução para corromper a moral do cidadão, modificação da finalidade do Estado e a deterioração da democracia representativa (BONAVIDES, 2000).

Essa degradação gera problemas, vícios em leis, falta de clareza e dificuldades de seguir as ações dos representantes eleitos, por isso, a sociedade se distancia da política devido a existência de políticas que apóiam interesses de poucos, individualistas, e mesmo diante deste cenário, o eleitor deposita seu voto nesses representantes (MANIN, 1995). Por essa incapacidade de tomada de decisão tem como resultado, representantes que contribuem pouco para a melhora da sociedade. Com isso, a fiscalização e o controle dos resultados por parte desses representantes são ausentes, mas são exercidos por órgãos pelos poderes constituídos (MACEDO, 2008).

Hoje, há uma busca do povo em fazer parte do processo decisório estatal em um esforço de ajustar a democracia representativa com os novos ideais e valores da sociedade. Para tanto, a democracia representativa precisa ser ampliada com a participação além do voto eleitoral, e incrementar com a democracia participativa com o princípio fundamental da participação da sociedade ativa nas decisões políticas, o que será esclarecido no próximo tópico.

## 2.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O contraponto complementar à democracia representativa é a democracia participativa, a qual compreende a participação direta e pessoal dos cidadãos nas decisões que formarão os atos de governo que irão afetar a vida de toda a sociedade, ou seja, o próprio povo atua e manifesta ao aceitar ou rejeitar uma determinada política pública e fazer chegar ao poder legislativo, de acordo com os instrumentos previstos na Constituição Brasileira como o referendo, projetos de iniciativa popular e o plebiscito (SANTOS, 2009).

Em face dos limites apresentados pela democracia representativa por si só, os autores Santos e Avritzer (2002) propõem que essa seja incrementada com as características da democracia participativa, a qual tem como premissa a participação dos cidadãos nas decisões políticas. A estrutura da democracia representativa permanece com o processo eleitoral e outros instrumentos, mas a ela é somada a participação do povo para uma maneira mais ativa e enfática nas manifestações das decisões políticas.

Nessa perspectiva, Pateman (1992), que corrobora com a teoria de representação que não caminha por si só, mas visualiza os cidadãos por meio da participação aprimorando a prática nas instituições políticas nos processos decisórios. Para o autor, “[...] na teoria participativa, a ‘participação’ refere-se à ‘participação’ (igual) na tomada de decisões e, ‘igualdade política’ refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões” (PATEMAN, 1992, p. 62).

Destarte, a teoria citada pelos autores incentiva a transformação de indivíduos apáticos e desinteressados em cidadãos conscientes, comprometidos, interessados e ativos politicamente em prol às questões coletivas. Portanto, de acordo com Pateman (1992), a participação tem um caráter educativo, o qual permite que se estabeleça uma relação entre as instituições e os sujeitos.

Ainda para a mesma autora, parte-se do princípio que além desse compartilhamento deverá haver a ideia de uma visão de cuidar da legislação, detectar falhas para então saná-las e aplicá-la de forma igualitária a toda sociedade. Para tal, os cidadãos devem libertar-se do papel de espectadores para serem os atores e autores, a fim de almejar o fim da desigualdade social. Dessa forma, a democracia participativa é um instrumento de maior fortalecimento para a plena democracia, a qual é o governo do povo, pois leva a participação direta do cidadão nas questões estatais, a sociedade no exercício do governo (SANTOS, 2009).

Diante do exposto, conclui-se que o cidadão tem o direito em participar do processo decisório, pois as questões abordam os interesses coletivos é de suma importância em governo

democrático, o que viabiliza ao governante conhecer a real necessidade da sociedade antes da tomada das decisões, a fiscalização das ações do governo e a procura por melhorias nas políticas públicas.

### 2.2.1 Participação popular no município

A atual Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu ao poder local, estados e União a competência sobre a autonomia administrativa, política e financeira. Essas atribuições foram de suma importância para o desenvolvimento do município, pois com a capacidade de autogoverno pode gerenciar atividades de sua competência como prestar e gerar serviços, arrecadação e divisão dos tributos. O que significou autonomia e liberdade para o município, a fim de responsabilizar-se de seus assuntos sem que para isso tenha que recorrer necessariamente a União, para ter suas necessidades atendidas (SALLES, 2014).

Ou seja, houve a descentralização de muitos serviços públicos como gestão de saúde, do transporte público, saneamento básico e ensino fundamental, assim como a existência de órgãos governamentais próprios. Sem essas atribuições haveria desequilíbrio na distribuição dos recursos financeiros, por exemplo, o qual poderia comprometer as cidades desfavorecidas, e assim dificultar a gestão democrática local. Como expressa a autora (SALLES, 2014):

De forma sintética podemos dizer que a descentralização de recursos sem a descentralização do poder decisório não garante a Democracia no nível local; descentralização de recursos sem o poder de decisão pouco adianta. Um aspecto importante relacionado a isso e que precisamos destacar é quanto o formato das relações entre o Governo Federal e os níveis subnacionais qualifica a Democracia (SALLES, 2014, p. 20).

Isto posto, fica claro o crescimento do Poder Municipal após a Constituição Federal, principalmente com a realização das necessidades locais que levam ao avanço social promovendo a qualidade de vida e uma educação democrática. Pois, esse âmbito municipal é o espaço em que se está mais próximo dos cidadãos e essa proximidade torna-se um facilitador de promoção e prática da participação da população que está interessada nas decisões do poder público. Esses assuntos municipais mobilizam pessoas e formam grupos de interesse, que possibilita a integração dos formadores de opiniões com a comunidade. Assim, o espaço municipal constitui um local propício para o aperfeiçoamento da democracia (SANTIN; FAVRETTO, 2017).

Uma visão contemporânea de administração pública em qualquer esfera, seja federal, estadual ou municipal, incentiva a participação popular ao buscar o aprimoramento dos

conhecimentos da sociedade, para essa se tornar cada vez mais atuante nas sessões legislativas e fazer valer seus deveres enquanto cidadãos capazes de transformar as realidades deficientes. É preciso garantir por meio de políticas públicas que novas ações sejam implementadas visando incentivar a participação da população. Como explica (SAMPAIO, 2016):

[...] a gestão participativa e democrática do povo nas decisões do poder público é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de maior aplicabilidade para os anseios sociais e para o exercício de uma fiscalização mais rígida sobre os atos dos representantes do poder público, e como no município, o povo está mais próximo das decisões e da execução dos projetos públicos, essa participação pode ser ainda maior e consequentemente mais eficaz (SAMPAIO, 2016, p. 16).

Uma forma de atribuir autonomia e responsabilidade à população para o desenvolvimento da gestão urbana é o Estatuto da Cidade sob a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que em seu artigo primeiro prevê a participação popular para democratizar a gestão nas cidades através de seus instrumentos como o Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (SALLES, 2014).

Dessarte, o Estatuto da Cidade promove e assevera a participação popular na gestão do município oportunizando levar ao gestor local o conhecimento sobre as prioridades e carências da cidade, e toda a informação recebida através dessa participação popular fomenta um governo mais democrático, com isso fortalecendo a cidadania. E concretizando com instrumentos participativos como as audiências públicas, o orçamento participativo e os conselhos municipais. Ou seja, quando os cidadãos assumem o papel como tomadores de decisão, conscientes das necessidades individuais, locais e das potencialidades do município há um entendimento da implementação de ações na busca para uma mudança de realidade, consequentemente visa o desenvolvimento local (PETRUCI, 2004).

Para os autores, Pena Junior e Contini (2011), há o pressuposto que a participação leva a uma qualidade política, isto porque promove a capacidade de autogerenciamento da população e a transparência das ações. Contudo, a participação é um processo que começa pela consciência do indivíduo e posteriormente se reflete no meio social com os amigos, grupos de interesses, nas instituições, mas há os entraves se considerar o baixo nível educacional, político, cultural e crítico da população brasileira, com grande número de pessoas às margens da sociedade, sem acesso a recursos básicos de sobrevivência, isso mostra que muitos são os fatores pelos quais não conseguem exercer seus direitos e deveres garantidos pela Constituição Cidadã.

Somente haverá participação efetiva e voluntária, quando ocorrer à quebra de paradigmas (cultural, social) por meio de um desenvolvimento educacional e crítico, e

consequentemente haverá uma qualidade política, ou seja, compromisso com o coletivo e busca de resultados com eficácia, eficiência e efetividade. Segundo os autores (PENA JUNIOR; CONTINI, 2011):

Os indivíduos necessitam ser estimulados a entender a realidade, a se inconformar com ela e a buscar soluções. Para fazer isso acontecer, em um primeiro momento, é importante que os governos sejam capazes de fomentar um processo de participação provocada e que com ele sejam capazes também de educar a população. O principal ponto em relação à participação não é o de manter os indivíduos informados e em contato, mas de apoiar o crescimento dos indivíduos de determinada comunidade. A participação em si não é instrumento suficiente para acarretar um desenvolvimento de uma população (PENA JUNIOR; CONTINI, 2011, p. 8).

Em um país cada vez mais desacreditado do exercício do poder legislativo é preciso refletir urgentemente sobre políticas de incentivo a participação popular, é preciso instrumentalizar a comunidade a exercer sua cidadania, ser agentes participativos nas decisões públicas e de bem comum. E, para esses autores, dentro desta perspectiva as autoridades com poder de decisão precisam se organizar para melhorar a credibilidade dos representantes por meio de uma educação eficaz e capaz de conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres.

Para compreender a participação popular no poder legislativo serão apresentados no próximo tópico os aspectos funcionais de CMS. Funções estas baseadas na fiscalização do Poder Executivo, nas representações pela população, na criação de Leis que possam facilitar o funcionamento das ações prioritárias.

#### 2.2.1.1 Aspectos funcionais das câmaras municipais

As CMS são um órgão público as quais têm como funções principais: fiscalizar o poder executivo, legislar, propor e acompanhar as atividades, a mesma tem regras e funcionamento próprios. Atuam na Câmara, os vereadores que são representantes legais escolhidos pela população, como o autor cita (PESSOA, 2012):

No Brasil o governo municipal é constituído pelo poder executivo, exercido pelo prefeito, e pelo poder legislativo, exercido pela Câmara municipal. Os municípios não têm poder judiciário. Portanto, legislação e administração constituem as funções fundamentais que integram a competência municipal (PESSOA, 2012, p. 12).

O Poder Executivo e Legislativo é exercido por representantes escolhidos pela população por meio de voto, sendo importante a mesma acompanhe as ações dos mesmos. Ainda para o mesmo autor, os assuntos discutidos nas sessões das CMS envolvem a arrecadação de impostos; dívida pública municipal, aprovação do orçamento anual e a Lei de



Diretrizes Orçamentárias, fiscalização das atividades comerciais, industriais, e de serviços na cidade; vigilância; zoneamento urbano, dentre outras. Tais ações visam elencar questões prioritárias e de interesse de todos. Como cita (PESSOA, 2012):

A Câmara Municipal tem as funções de legislar e fiscalizar os atos do Executivo (prefeitura), além de sugerir, mediante indicação, medidas de interesse da comunidade. Na função de fiscalizar o município, o Poder Legislativo exerce o chamado controle externo, contando com a orientação do Tribunal de Contas do Estado. Há também o chamado controle interno representando por uma Comissão Especial que tem a responsabilidade de relatar ao Tribunal de Contas qualquer irregularidade que seja constatada na aplicação do dinheiro público, seja no âmbito da prefeitura ou da Câmara Municipal. A função de legislar é vista como aquela que mais identifica o Poder Legislativo (PESSOA, 2012, p. 19).

A principal função dos vereadores é fiscalizar as atividades de seus colegas vereadores e as ações do poder executivo, estabelecer metas e regras para que as ações desses estejam devidamente controladas e fiscalizadas, garantindo que os mesmos estejam livres de infrações políticas. A outra função é legislar (elaborar leis) conforme o processo legislativo, que é o conjunto de normas que o poder executivo e legislativo devem seguir ao criar as questões legais que regularizam os interesses comuns (SILVA, 2006). Para que os atos legislativos sejam válidos de toda a matéria está sujeita à deliberação do Plenário e esta é chamada de propositura ou proposição. Já que a propositura tem um trâmite a ser seguido e também está escrito no Regimento Interno; existem algumas proposições e são elas: Propostas de Emenda à Lei Orgânica; projetos de Lei, Lei Complementar, Decretos do Legislativo, Projeto de Resolução; Moção; Requerimento; Indicação; e Emenda (IBAM, 2015).

Diante do exposto, se percebe a importância das funções das CM: ao vereador exercer seu papel político individual e a câmara o seu papel de coletividade, estimular os membros da sociedade para compreender suas atividades e toda a dinâmica complexa, indo ao encontro do dever de propor mecanismos para conscientizar a população, visto que é requisito básico do regime democrático a existência de um Poder Legislativo forte e independente, pois sem isso a democracia se torna ineficaz. Apesar das leis brasileiras citarem que os poderes são independentes e harmônicos entre si, essa realidade é distante (RAUPP; PINHO, 2012).

Ao abordar os interesses variados da sociedade, surge a necessidade de elaborar regras e normas com vistas a um equilíbrio na vida em comum do cidadão, considerando que seus interesses serão representados e defendidos por agentes políticos. É preciso que haja harmonia social a partir de um consenso incluindo todos os interesses conflitantes. Isto pode ser feito com a aproximação da população local com a as inserindo no debate que ocorre nas sessões legislativas (JOFFRE NETO, 2001).

Por isso, a Câmara de Vereadores tem a missão de cumprir a função institucional que está expressa na Constituição Federal e pelo Poder Legislativo, ou seja, através de ações que aproximem as pessoas do legislativo de forma contínua; tem como visão possibilitar o acesso as pessoas para a construção do exercício da cidadania; e tem como valor os princípios constitucionais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e assim ter objetivos claros de integração entre a Casa de leis e sociedade, por meio de um plano estratégico de comunicação com vistas a apresentar mecanismos de participação popular (MENDES, 2012).

Serão apresentados no próximo item os projetos de participação popular em câmaras de vereadores do Brasil que irá contextualizar a implantação do presente projeto.

#### 2.2.1.2 Instrumentos de participação popular nos municípios

Todo cidadão pode e deve participar das ações na Câmara de Vereadores que é um espaço democrático para proporcionar a plena participação da sociedade através de instrumentos que a estimulem a se aproximar e manter uma reciprocidade com a comunidade, com atenção às necessidades e reivindicações dessas e as representando para o bem comum. Para tanto, as CMS e seus representantes têm instrumentos que permitem a aproximação com cidadão como a Escola do Legislativo, que possui ações que contribuem para o desenvolvimento de processos formais de educação política, com conhecimento e informação, fortalecendo a atuação do Poder Legislativo na construção de uma sociedade justa e igualitária, através de palestras, seminários e cursos voltados tanto para os servidores públicos, quanto para a população em geral (ASSIS, 1997).

Outra experiência de aproximação do Poder Legislativo da população se refere à Assembleia Legislativa de Minas Gerais que foi pioneira em informatizar e integrar o trabalho entre os seus setores com maior agilidade na informação, e, posteriormente, criou Assembleia *On-line* a qual é interligada a várias CMS ou entidades de classe, o que possibilita a qualquer cidadão que acompanhe as tramitações das proposições de lei e acesse o banco de dados da legislação mineira e do Senado em Brasília (ASSIS, 1997).

A Câmara dos Deputados em Brasília instituiu um canal fundamental para que a sociedade tivesse a oportunidade de se manifestar com suas ideias e demandas, podendo ser transformada em proposições. Trata-se da Comissão de Legislação Participativa criada pela Resolução nº 21, de 30 de maio de 2001, por iniciativa do então Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves e contou com o apoio de todos os Líderes e Parlamentares dos

partidos políticos da Casa (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2001). A Comissão tornou-se uma referência para Casas Legislativas em todo o Brasil. O Senado Federal, algumas Assembleias Legislativas e CMS já criaram Comissões semelhantes, e em outras Casas está em processo de implementação (VOGEL, 2010).

Os instrumentos se disseminaram e inovam, como é o caso da CI que é a realização de sessões ordinárias em bairros da cidade, com o objetivo de descentralizar as atividades da CM, para aproximar o Poder Legislativo Municipal da comunidade que não podem acompanhar as sessões na sede da CM, e mostrar aos cidadãos como é a atuação dos seus representantes no exercício da função parlamentar. Como exemplo, se tem a Câmara Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, a qual ganhou o primeiro prêmio de Boas Práticas Legislativas em 2010-2011 na categoria inovação. O programa com o intuito de aproximar a população, aprovado em 2009, conteve seis reuniões em diferentes regiões do município, e a partir do resultado dessas reuniões, os pedidos foram encaminhados ao Executivo e em pouco tempo, parte delas já estão sendo concretizadas. Essas reuniões realizadas pelo Programa Câmara Itinerante favoreceram para que os vereadores tomassem conhecimento das necessidades dos moradores (SÃO PAULO, 2011).

Outro exemplo é a Câmara Municipal de Santos Dumont, em Minas Gerais, onde a CI foi instituída através de um Decreto Legislativo em março de 2008, o objetivo foi de popularizar os trabalhos do Legislativo junto aos cidadãos, propiciando a integração entre CM e a população. Obteve resultados esperados de concretização de pedidos encaminhados ao Executivo, porém o programa foi extinto com a troca de presidente da Casa (NASCIMENTO, 2010).

No Estado do Paraná as cidades que instituíram as CI como uma ferramenta de participação popular de maior destaque são: Maringá desde 2013 (PIMENTA, 2013), Cascavel desde 2007 (CASCAVEL, 2007) e Foz do Iguaçu desde 2005 (FOZ DO IGUAÇU, 2005). Estas cidades mesmo de forma tímida romperam barreiras iniciais, entre os vereadores e os cidadãos, as quais conseguiram incentivar a participação dos populares, com ótimos resultados de participação e até o momento com continuação desse programa.

A deliberação pública, que é a forma de diálogo que leva a uma ação conjunta, poderá contribuir para a eficácia da política, pois cria oportunidades para aqueles que estão a criticando com a proposta de alterá-la, assim aumenta progressivamente a legitimidade dela, e torna os cidadãos mais dispostos a cooperar e receber informação direta, o que acaba contribuindo para a implantação de políticas públicas ao longo do tempo, com esse desempenho positivo e a efetiva participação na CI, o cidadão poderá debater sobre as

demandas do bairro e do que foi proposto e realizado na comunidade com melhor efetividade (NASCIMENTO, 2010). A partir dos mecanismos mencionados, diversas ações e políticas públicas do governo foram desenvolvidas e propiciando o contínuo desenvolvimento do País, através do incentivo a cidadania e a democracia, permitindo a melhora na condição de vida da população.

Serão apresentados no próximo capítulo informações importantes sobre a constituição do município, imigrantes e número de população existente, bem como do histórico da formação do Poder Legislativo do município.

### **3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Neste capítulo serão abordadas as descrições gerais do Município de Colombo, como o histórico, perfil da população, entre outros. Na sequência será descrita de forma sucinta o histórico da CMC com dados sobre número de funcionários, orçamento anual, questões históricas da constituição do município e da população.

#### **3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO**

Primeiramente serão apresentados aspectos históricos do município visando compreender o perfil da população e, posteriormente, será tratado o funcionamento da CMC que é foco deste estudo, desse modo apontando o objetivo específico que é realizar breve histórico da CMC para a compreensão da missão, visão e valores.

O centro da cidade de Colombo, sede, tem os primeiros imigrantes italianos em 1878. Após doze anos a colônia prosperou, e já no período da república, tornou-se o município Colombo (COLOMBO, Prefeitura Municipal, 2013a). Nas décadas de 70 e 80, o município teve a maior taxa de crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, possuindo características rurais e urbanas. A sede é o local mais antigo representando o poder político-administrativo, mantendo-se tradicional com comércios e serviços familiares. Já os bairros ao entorno possuem características mais urbanas, principalmente os bairros Alto Maracanã, Maracanã, e Roça Grande, devido à proximidade da capital, os quais se desenvolveram rapidamente e atualmente tem opções de comércio e serviços o que os tornou centros econômicos e suprimindo as demandas dos bairros em torno, não existindo a necessidade de ir à sede de Colombo regularmente (KATZINSKY, 2004). E em 1995, é sancionada a lei que institui três distritos no município: Maracanã, Roça Grande e Santa Rita (COLOMBO,

Prefeitura Municipal, 1995). Em 1996 foi instalada a Regional Roça Grande/Osasco, e em 2006 a do Maracanã, para o atendimento aos cidadãos e contribuintes de inúmeros bairros próximos que procuram os serviços disponíveis no local, de órgãos públicos como a subprefeitura; e outros comércios (COLOMBO. Prefeitura Municipal, 2019).

A sede tem uma população aproximada de 2.802 pessoas e os bairros da área rural com 2.583 pessoas (POPULAÇÃO.NET, 2010); a Regional Roça Grande/Osasco tem uma população aproximada de 62.158 pessoas e a Regional Maracanã aproximadamente 93.938 (POPULAÇÃO.NET, 2010). A população estimada do município é 237.402 mil habitantes e destes 142.453 mil são eleitores, um número considerável que precisa de iniciativas para se tornar atuante nas atividades legislativas. A área total do município é de 159,14 km<sup>2</sup>, constando 42 bairros, sendo 22 bairros na área urbana e 20 bairros na área rural (IBGE, 2017).

Sobre a contextualização dos aspectos históricos sobre o Poder Legislativo Municipal, no ano de 1891, Francisco De Camargo Pinto foi o primeiro a presidir o legislativo e João Bittencourt foi o primeiro presidente eleito com mais sete camaristas (COLOMBO, Prefeitura Municipal, 2013a). Em 1917 foi constituída a primeira câmara, e somente em 27 de janeiro de 1983 foi substituída pela atual sede da Câmara, na Rua Francisco Busato, 8005, que foi reformada e reinaugurada em 10 de dezembro de 1998 (COLOMBO. Câmara Municipal, 2019b, no prelo). Em primeiro de janeiro de 2017, com a aprovação da Emenda à Lei Orgânica 12/2015 de 7 de julho de 2017 a CMC passou a contar com 17 vereadores, ajuste feito com a aprovação da Emenda à Lei Orgânica 12/2015, em 7 de julho de 2015 (COLOMBO, Câmara Municipal, 2015).

A Câmara de Vereadores representa o Poder Legislativo de Colombo através sugestão de medidas de interesse público, intermediação de demandas apresentadas pela população, a gestão da verba pública, elaboração de leis e deliberação sobre aquelas propostas pelo executivo, fiscalização das ações administrativas, bem como julgar as infrações políticas e éticas do mesmo e dos próprios parlamentares (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018). Assim, compreende-se que a CMC tem a missão de legislar sobre assuntos de interesse do município, fiscalizar o poder executivo e conhecer as demandas e anseios da comunidade e representá-los. Sua visão é atender de maneira transparente a comunidade local dando prioridade as necessidades urgentes consolidando debates onde haja maior participação popular (COLOMBO, Câmara Municipal, 2005).

A CMC conta com um orçamento para o ano de 2019 de 16.435 milhões de reais, esse valor é destinado: folha de pagamento, material de consumo, diárias de pessoal, passagens e despesas com transporte, obras e instalações, equipamentos e materiais e outros

serviços, o qual é determinado pelo poder executivo, proveniente de tributos, não possuindo outras fontes de receita. E não faz uso dos seguintes procedimentos administrativos: ajuda de custo, adiantamentos de despesas; cartões corporativos, verbas de representação e de gabinete e reembolsos. Assim como, não há servidores cedidos por outros órgãos, servidores cedidos a outros órgãos ou servidores temporários (COLOMBO, Câmara Municipal, 2019a).

A CMC realizou o primeiro e último concurso em outubro de 2015 para a contratação de novos servidores, pois havia apenas os cargos em comissão e quatro servidores efetivos. Dessa forma, hoje a Casa possui 108 funcionários, dentre os quais 17 parlamentares, 52 cargos em comissão e 39 servidores efetivos (COLOMBO, Câmara Municipal, 2019a). É um número significativo de servidores capazes de liderar programas ou projetos que visem o incentivo da participação popular.

### 3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A fim de contextualizar a situação problema será necessário abordar os instrumentos de participação popular presentes na CMC, conforme aponta o objetivo específico de identificar os mecanismos de participação popular na CMC. Esta participação deve ser conquistada no processo histórico estabelecendo condições de autonomia, sem imposição e estas ocorrem quando acionados canais eficazes como planejamento participativo, baseado no regime de autogestão e cogestão entre ambas as partes, gestão e governo.

A metodologia aplicada para realizar o diagnóstico foi um estudo descritivo que procurou caracterizar o fenômeno (participação popular na CMC), sem buscar aprofundar explicações sobre sua causa. Pode ser considerado um estudo exploratório que proporcionou maior familiaridade com o problema, de abordagem quali-quantitativa que é a coexistência entre a interpretação e a compreensão das respostas com a quantificação da análise de dados o que possibilitou maximizar o conhecimento a respeito do tema (GIL, 2002).

Os dados foram coletados por meio de técnicas diversas (entrevistas, questionários e pesquisa documental e bibliográfica). As entrevistas foram (semi) estruturadas e realizadas com os 17 parlamentares (vereadores e presidente da Casa), sendo realizadas na CMC nos horários acordados, devido a movimentada agenda destes, entre a pesquisadora e o entrevistado, buscando liberdade de expressão e respostas fidedignas. Os dados coletados qualitativos foram organizados e analisados com uma leitura crítica com profundidade para identificar pontos de atenção, semelhantes ou relacionados. E os dados quantitativos foram

divididos e analisados de acordo com as questões do questionário referentes à CMC e à comunidade. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Um dos questionários impressos foi entregue em mãos aos 35 servidores da CMC (técnicos legislativos, assessores: legislativos, imprensa, informática e parlamentares) e a cada um deles foi explicado sobre a importância de as respostas serem honestas, descritivas e exatas, com tempo e horários favoráveis. Outro questionário foi destinado à população colombense, escolhidas de acordo com critério de acessibilidade, sendo distribuído para uma amostra de 30 cidadãos para que se evite uma visão unilateral sobre a participação popular na CMC, sendo estes cidadãos familiares de colegas que residem no município e outros moradores próximos da sede. A participação destes é de suma importância para compreender o comportamento da participação popular na realização dos processos legislativos na CMC. Esta amostra foi selecionada de forma obter um número próximo ao observado nas sessões, sem seguir parâmetros estatísticos, mas visando a rápida obtenção de informações, tendo em vista as limitações de tempo.

Também foi feita uma pesquisa documental, conforme orientações de Amadeu (2015), embasada com diversos documentos disponibilizados pela CMC que são cartas oficiais: leis como a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, estatutos dos servidores, Resolução nº 94 de 2005, Regimento Interno, dois relatórios sobre o orçamento anual da CMC, atas de reuniões nº 34 e 35 de 1988, durante o período dezembro de 2018 a janeiro de 2019 (COLOMBO, Prefeitura Municipal, 2013a, 2013b; Câmara Municipal, 2019a, 2019b). A busca tinha intuito de discorrer sobre a participação popular na Casa, funções e funcionamento descritos nestes documentos.

Por fim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, via internet, em bancos de dados, acessando experiências exitosas de incentivo à participação popular em Câmaras de Vereadores ou Deputados, no Brasil, para embasar a pesquisa e elaborar a proposta de intervenção. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As ações de pesquisas citadas a seguir estão relacionadas com o objetivo específico para verificar os fatores facilitadores e dificultadores da participação popular, para tanto se realizou a pesquisa bibliográfica que abrange fontes já publicadas de diversos autores, buscando fazer uma triagem sobre o tema participação popular, democracia participativa e experiências de projetos de CI, através de publicações disponível sendo avulsa, imprensa escrita, revistas, livros e nos meios eletrônicos de fontes seguras como SciELO. E a pesquisa documental consiste na coleta de documentos escritos ou não com contribuições de diversos autores e materiais, esses não receberam ainda um tratamento analítico e poderão ser



reelaborados conforme o estudo. As fontes de documentos são de arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2003). E após analisados os dados qualitativo e quantitativo, foram submetidos à revisão bibliográfica para embasar o objetivo do trabalho, apresentados em forma de análise.

O instrumento inerente a CMC são as sessões as ordinárias, a fim de deliberar e votar em projetos em tramitação, realizadas às terças feiras às 16 horas abertas ao público, e as sessões solenes, que são realizadas por convocação pública por aviso prévio. O Regimento Interno no art. 214 regulamenta que durante a sessão plenária ordinária há a Tribuna livre, a qual visa ampliar a participação de munícipes, que podem explanar um tema proposto 24 horas antes, protocolado junto à Divisão de Apoio Legislativo (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018). A população não costuma fazer uso dessa, muitos por desconhecimento e, houve apenas alguns representantes de bairros que o fizeram e quando ocorreram foi de forma adequada. O uso da Tribuna em suma é para parlamentares e convidados.

Há as Comissões permanentes (legislativas) que se destinam a examinar as proposições para então manifestar a opinião e levar este parecer ao plenário. São: Constituição e Justiça; Economia, Finanças e Orçamentos; Educação, Saúde e Bem-Estar Social; Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos; Agricultura e Meio Ambiente, Defesa do Cidadão e Segurança Pública; Ética e Decoro Parlamentar. As reuniões destas Comissões são abertas ao público que participam como espectador, de acordo, com informação da chefe de apoio legislativo, somente algum representante de comunidade comparece (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018).

O portal institucional da CMC possui alguns serviços voltados para a participação da população. Um deles é o “fale conosco” que é um formulário de pedido de informações em que o cidadão poderá obter informações da CMC onde poderá resolver, dar sugestões, críticas e opiniões sobre quaisquer assuntos de interesse social, como andamentos e decisões de projetos, atos da Casa, contratos, dentre outros (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018). Segundo entrevista realizada com o assessor de informática, esse lê as mensagens e faz o encaminhamento para o devido setor, e relatou que desde criação do portal houve em média apenas cinco pedidos de informações ao ano e não foram realizados relatórios devido ao baixo número de pedidos. Esses pedidos eram para obras, as quais foram encaminhadas à prefeitura do município em seu devido departamento. Ou seja, se percebe que além da baixa participação, a população não tem claro conhecimento das funções de cada Poder, encaminhando demandas do Executivo para o Legislativo.

Outro serviço à disposição é o portal transparência, destinado a divulgar os dados e informações obrigatórias referentes aos atos administrativos da CMC, local onde o cidadão poderá averiguar como está sendo utilizado o dinheiro pago pelos seus impostos. Foi projetado de forma para que se tenha acesso a diversas informações como dados de despesas, receitas, servidores públicos, folha de pagamento, licitações, contratações e fornecedores. No entanto, requer que o usuário tenha familiaridade com informática, internet e sites (COLOMBO, Câmara Municipal, 2018). Ao entrevistar chefe de divisão legislativa da Casa sobre se houve projetos de iniciativa popular, essa relata que não houve nenhum projeto ao longo da história da Casa.

A Escola do Legislativo de Colombo é outra ação com o objetivo de aproximar a comunidade do legislativo para desenvolver o fortalecimento da democracia através de programas de educação política de instrumentos de participação popular, que aprofundem conhecimentos sobre o setor público, ofertando, conforme Colombo (2019c, Câmara Municipal, p. 2), “vias de convênios e parcerias com entidades científicas e educacionais, a produção de conhecimento sobre o Poder Legislativo por meio de cursos, oficinas e capacitação profissional gratuita”. (A Escola do Legislativo teve inauguração em novembro de 2015, aprovada pela Resolução nº 94/2015, porém, até a presente data não foi formalmente estruturada (COLOMBO. Câmara Municipal, 2015). Apesar disso, através da Escola do Legislativo, foram ministradas as primeiras atividades internas em março de 2016 com assuntos que abordavam aspectos relevantes da documentação Oficial e de processos Legislativos, não expandidas à comunidade devido a sua não formalização. O público alvo desta capacitação e treinamento foram os servidores e funcionários da Casa e como intuito integrar os 20 técnicos de gestão legislativa selecionados em concurso público para atuar nos gabinetes dos vereadores. Posteriormente, em novembro, a Escola do Legislativo realizou capacitação dos vereadores eleitos para a legislatura seguinte (COLOMBO, Câmara Municipal, 2019c).

Os instrumentos da CMC, como supracitados, são meramente informativos, pois não promovem de fato a participação popular, apesar das potencialidades que possuem. Podendo-se fazer um paralelo, como bem ressalta Arnstein (apud Salles, 2014), que há tipos/níveis de participação do cidadão, desde a sua não participação (sessão da CMC), passando a um nível que o cidadão deveria possuir voz e ouvidos (portal, escola do legislativo e tribuna livre), passando a outro que permitiria decidir em parceria de quem detêm o poder, chegando até um nível que de fato esse tenha participação no processo decisório. Serão necessários projetos e programas para fortalecer e engajar a comunidade.

Outra fonte de dados foi a observação de oito sessões ordinárias consecutivas, constatando que a cada sessão estavam presentes respectivamente, 39, 17, 10, 27, 36, 11, 37, 12 pessoas, com a média de 24 pessoas da comunidade colombense e convidados assistindo as sessões. Salienta-se que dessas sessões, em quatro delas foram apresentados alguns projetos de lei e emendas do executivo envolvendo temas como: o orçamento, crédito suplementar para o legislativo e criação do fundo municipal de trânsito e concessão de passe escolar. Isto posto, a participação maior foi devido a projetos de impacto para esse grupo de interesse, e visto que nas sessões ordinárias com pautas de temas que não atraem interesse ou causam impacto, esse número é 30% menor, observando o desinteresse da comunidade nos assuntos aos quais não os atinjam diretamente, como o orçamento. Será importante que quando as sessões forem itinerantes sejam realizados estudos observando o interesse da população que estará presente nessas sessões, assim, por meio de uma pesquisa documental nos arquivos da CMC, identificou-se em seus registros das atas das sessões nº 34 e 35 do ano de 1998 ver (anexo 2), a realização de duas sessões ordinárias itinerantes apenas em duas escolas da periferia do município, mas não foi dada continuidade a ação, não se sabendo o motivo (CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, 1998). Com temas de projetos de interesse local viabilizou maior participação do que em plenário, afirmam alguns assessores que participaram dessas sessões, apesar de não haver relatórios para confirmar esses dados.

Constatou-se que nas sessões atuais há pouca participação em vista de número da população e de eleitores, apesar das chamadas realizadas por diversas formas: site da instituição; cobertura da imprensa da CMC e imprensa local e regional; quadro de avisos na CMC, vinte e quatro horas antes destas sessões acontecerem, porém pouco visualizado devido a não circulação da população no local. Constatado este fato foi levantada a problemática desta pesquisa por meio do questionamento: qual o motivo da baixa participação popular no processo legislativo da Câmara Municipal de Colombo?

Em resposta a problemática, a pesquisa foi realizada em dois momentos distintos: primeiramente aos agentes da CMC uma visão das pessoas que estão mais próximas da comunidade e deram maior conhecimento sobre os trâmites internos da Casa, sendo possível explicar alguns dos fenômenos sobre o tema do estudo. Foi entregue à cinquenta e dois agentes da CMC (14 técnicos lotados nos gabinetes, 17 vereadores e 17 assessores parlamentares e 2 assessores legislativos, 1 assessora imprensa e 1 de informática) e, destas quarenta e seis responderam, entre os dias três e vinte de dezembro de 2018, ver (apêndice 1).

Nos resultados obtidos na entrevista junto aos parlamentares e assessores sobre a participação da população, a presença da comunidade nas sessões semanais da Câmara dos

Vereadores de Colombo, as respostas foram unânimes em dizer que a mesma não ocorre. Dentre os motivos foram elencados: 39% falta de interesse, 31% aspectos culturais, localização 20% e horário 10%.

A falta de interesse da população nos assuntos políticos e em participar das ações está no descrédito, há longa data no Brasil. A desconfiança sobre seus representantes é recorrente devido a fatores como: nível socioeconômico do município, elevado número de corrupção, falência dos partidos que repetem os mesmos erros. Sendo assim, a população não se sente representada pelos políticos, nem tem suas necessidades atendidas o que leva a desigualdade social (BAQUERO, 2001).

Os aspectos culturais estão relacionados ao descrédito à política sobre a real participação de maneira efetiva nas decisões junto a CMC pela falta entendimento por parte da comunidade sobre como participar das decisões e da importância de sua participação (NASCIMENTO, 2010). Em relação a localização a maior problemática está relacionada a dificuldade de acesso, pois a sede (centro) e os bairros ao seu redor são bairros dormitórios, o que dificulta para a população mais distante ter ciência das atividades, ampliar divulgação. É preciso descentralizar as reuniões fazer outras em regiões estratégicas próximas de diferentes comunidades. A descentralização garante a eficácia na tomada de decisões e influencia o fortalecimento da vida cívica (BRELÀZ, 2012). Relativo ao fator horário, as sessões são realizadas em horários comerciais, o que dificulta a participação dos cidadãos, sendo que um horário acessível permitiria um maior número de acesso de interessados e, dessa forma, não haveria razões em não participar (PIESSANTI, 2014). Assim, serão necessárias ações de conscientização para que os cidadãos possam compreender e conhecer o papel do Legislativo e suas funções, pois visa aproximar esses de seus representantes, os conscientizando para que novas gerações saibam da importância do setor político na sociedade (NASCIMENTO 2010).

Na segunda questão, que diz respeito à importância da participação popular nas sessões, houve 100% de afirmação de que é essencial para construção da cidadania e de prática da gestão democrática acompanhar, conhecer, e fiscalizar a atuação dos parlamentares. Os parlamentares são pessoas representantes da sociedade e, portanto, devem à comunidade transparência e retorno dos serviços prestado (PENA JUNIOR E CONTINI 2011).

Sobre as sessões acontecerem, na terceira pergunta, de modo a proporcionar uma oportunidade para conhecer as demandas do município, cerca de 74% concordaram serem informativas, 26% relatam que há falta de conhecimento e informação, reafirmados em dados obtidos nos questionários da comunidade.

Em relação à quarta questão, se há o conhecimento de ações com objetivos de aproximar os cidadãos da CMC: 2% mencionaram a visita escolar na CMC, onde os estudantes conhecem a CMC e funções, 3% por cento referiram à tribuna livre, 6% declararam conhecer o programa escola do legislativo, 22% indicaram que ações precisam ser tomadas e que haja melhora no que já existe, 30% não conhecem nenhuma ação, 37% citaram mídia impressa, blogs, site e ações individuais dos parlamentares e assessores.

Na última questão, se acha interessante as sessões/reuniões ocorrerem nas regionais do município: Maracanã e Roça Grande/Osasco, 94% afirmam que sim, mas que se faz necessário algumas mudanças na legislação vigente, 6% não apontaram mudanças, pois acreditam que não haverá interesse por parte da comunidade em participar, e que primeiramente é fundamental realizar uma ação de conscientização.

No segundo momento, o questionário (apêndice 2) à comunidade, que apresentou uma visão única sobre o entendimento do interesse da participação nos processos legislativos. Foi distribuído de 11 a 14 de janeiro, tendo faixas etárias de 17 a 68 anos, com grau de escolaridade do primário ao superior completo, das mais diversas atividades e localização.

A primeira questão sobre as funções dos vereadores trouxe os seguintes dados obtidos: 83% da amostra da população julgaram saber dessas funções: fiscalizar o Poder Executivo Municipal (39,01%); e criar leis municipais (33,20%); e 10,79% responderam ambos. E 17% responderam não saber as funções. O resultado demonstra que a maior parcela entende sobre alguns dos deveres do parlamentar e das funções do legislativo. Mas, os vereadores devem buscar dialogar sobre assuntos pertinentes ao município com a comunidade e ajudar no que for necessário para a melhoria da população e da cidade. Ao comparar a questão supracitada com uma pesquisa realizada na cidade de Douradoquara em Minas Gerais, observa-se um resultado semelhante onde o entendimento da população local respondeu com maior frequência a função do vereador de discutir e debater sobre os assuntos pertinentes ao município (SILVA; VALDISSER, 2018). Percebe-se que a população brasileira está em processo de conscientização sobre as funções do legislativo.

A segunda questão, sobre a existência das sessões na CMC, se já participaram dessa, e que comentassem sobre: 13% não sabiam e 87% sabiam. Destes, 50% nunca, devido a localização e ao horário ser comercial; 30% mais de duas vezes e, 7% uma vez. Baseado nos respondentes que não sabem da existência das sessões, nota-se um ponto de alerta para abrir novos meios de incentivo de participação.

Na terceira questão ao questionar a população se acompanha os projetos e votações da CMC: 17% acompanham pela internet e 83% dizem não acompanhar. Tal resultado é

considerado ruim, pois as pessoas desconhecem os conteúdos das matérias, projetos e decisões apresentados nas sessões, ainda que os vereadores levem assuntos pertinentes nessas.

Quando questionados, na quarta questão, se já visualizaram as divulgações de quando ocorrem as sessões: 60% nunca viram. 20% vêm pelas mídias sociais dos vereadores. 13% site da CMC. E 7% visualizam pelo quadro de avisos da Casa. A parcela que diz nunca haver visto as divulgações chama atenção, pois a população precisa ter acesso a todo ato que acontece na CMC, há a necessidade de maior divulgação como em mídias sociais, com menor impacto financeiro possível, assim todos poderão ter acesso às publicações da Casa sem a necessidade de alterar o orçamento anual já disposto.

Quando ao questionar, na quinta questão, sobre a importância da participação popular nas sessões da CMC, obtiveram-se os seguintes resultados: 87% acreditam ser importante, desses 70% acham que o assunto tratado é de interesse de todos e 17% dizem ser essencial para entender melhor a situação do município, haveria muitos esclarecimentos e menos corrupção. E 13% crêem não ser importante, com a justificativa de que nada mudará. Percebe-se que a população colombense é consciente sobre a importância da participação, e que a presença nas sessões contribuiria para melhorias no município. Para a parcela que crê não ser importante a participação, forma-se um ciclo vicioso, como observado em uma pesquisa de Fernandes, Silva e Gomes (2015) sobre a participação popular, na Câmara de Ibicutinga no Ceará, em que há falta de interesse dos munícipes pelas sessões na Casa, pois não procuram se informar do que ocorre em cada sessão e dessa forma são aprovados projetos sem o conhecimento da comunidade, esta, insatisfeita com tais ações, culminou no distanciamento com o legislativo.

Ao questionar a sexta questão se acha interessante a ideia de as sessões serem eventualmente itinerantes (cerca de quatro vezes ao ano) nas regionais do município Maracanã e Roça Grande/Osasco, se obtiveram os resultados: 90% sim, pois facilitaria a participação se houvesse mudança de horário, 10% teria maior proximidade entre o legislativo e a comunidade, sem posicionamento de horário. Entende-se que a população, tendo instrumentos próximos de fácil acesso e horário compatível, se propõe a participar gerando benefícios, pois quando a sociedade é participativa o vereador conhece melhor as necessidades e com a comunidade pode traçar objetivos a curto em longo prazo para resolver cada detalhe que seja de bem comum. Pensar democraticamente requer refletir nas urgências coletivas, tomar decisões sobre o que é melhor para todos, saindo das ideias de centralização de poder para uma gestão participativa, democrática e atuante (PIESSANTI, 2014). É preciso conquistar este interesse na população de Colombo com mais divulgação e conscientização.

Na questão sete, houve a necessidade de complementar com algumas informações posteriores a esse período da aplicação do questionário, por meio de contato com os pesquisados, foi questionado se estas conhecem nome (s) de vereador (es), dentre o universo das 30 pessoas, 60% sabem o nome de um vereador, 27% conhecem, porém não sabem seus nomes e 13% dizem não saber e não os conhecem. Percebe-se nas respostas que a população tem ciência do político que realmente a representa, sabe da importância da participação, no entanto sua insatisfação é devido aos prejuízos sofridos ao longo das décadas pela corrupção, desprezo com os setores de necessidades básicas que estão cada vez mais desassistidos. A tendência é deixar que os representantes façam as atividades como desejar e se não há participação popular, não há como cobrar e fiscalizar suas ações o que gera o afastamento do cidadão com o poder legislativo (PENA JUNIOR; CONTINI, 2011).

Outra informação complementar, questão oito, na qual foi perguntada se tem informações sobre projetos e ações da CMC, e se sim, buscam essa informação ou chega de forma espontânea, como rádio ou por conhecidos. As respostas: 65% não têm informações, 20% por mídias sociais dos vereadores, 13% pelo site da CMC e 2% essas informações através de amigos ou parentes. O resultado é considerado ruim, pois as pessoas não sabem o que acontece no município e o que poderá afetar individual ou coletivamente. A CMC é aberta ao público e, os vereadores visam levar assuntos de interesse coletivo para as sessões no plenário. O que deve ser atentado é provocar maior interesse para as pessoas procurarem se inteirar. A CMC deverá fazer maior publicidade, maior disseminação das informações. A participação deve acontecer por meio de conquista incentivando a população para que exerçam suas funções enquanto cidadãos e fiscalizem o legislativo colocando em prática sua cidadania (COSTA, 2015).

Nos dados apresentados conclui-se, após a análise das pesquisas, que os principais motivos da baixa participação popular no processo legislativo da CMC são: o desinteresse e o desconhecimento, ainda que as pessoas participem do processo democrático representativo, por meio das eleições municipais escolhendo seus representantes. Isso porque existe uma falta de ampla divulgação nos diversos canais populares; a distância entre a sede e as regiões mais populosas; o horário incompatível com a vida laboral do cidadão e a falta de interesse, devido à desconfiança nos parlamentares em razão da corrupção e baixo índice de punição, a qual inibe o desconhecimento sobre o processo legislativo pelo próprio afastamento do indivíduo. Em vista disso, o cidadão colombense prefere isentar-se de acompanhar e fiscalizar as ações dos eleitos que criarão as leis que impactarão a vida de todos os cidadãos do município.



A partir do exposto o próximo capítulo delineará acerca do último dos objetivos específicos que gira em torno da averiguação das ações indicadas para o aumento da participação popular.

## **4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA**

### **4.1 PROPOSTA TÉCNICA**

A priori destaca-se que qualquer mudança na administração pública transcorre de forma paulatina e lenta e, nesta proposta, isso certamente irá acontecer. O que levou escolher e a aprofundar o assunto da CI, por se tratar de um instrumento que poderá aproximar a população e interagir com as atividades do Poder Legislativo.

A proposta técnica é inovadora para o Município e no sentido de estudo acadêmico, pois, como citado no capítulo anterior, já houve algumas experiências exitosas em outras CMS, como na de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Essas experiências foram apenas por projetos de lei sem estudos prévios, ou seja, não foram embasados por pesquisas documentais e bibliográficas a fim de sustentar e dar continuidade ao planejamento da CI.

Apesar da pouca bibliografia encontrada, ainda assim, compreendendo a possibilidade de implantar o projeto, o qual foi embasado em pesquisas com a realização de planejamento e parâmetros para avaliar o grau de sucesso do projeto técnico, com o devido acompanhamento monitorado e sempre com a devida paridade da legislação conforme a Constituição Federal. A proposta apresentada neste estudo é fruto de muitas pesquisas sobre o tema da participação popular e suas nuances aliada às pesquisas de campo (diagnóstico), que possibilitaram identificar uma solução para alcançar com efetividade o aumento da participação popular. A partir das pesquisas bibliográficas identificaram-se ações para esse aumento da participação nas CM, que envolvem alguns instrumentos como a informatização e integração dos trabalhos, a Escola do Legislativo, a CI, Comissões de Legislação Participativa. Dentre elas, escolheu-se a CI como proposta do projeto técnico, por considerá-la a mais adequada à situação-problema.

A CI tem como objetivo levar as atividades do processo legislativo e as sessões ordinárias com datas e horários adequados, duas vezes ao ano, para as duas regionais que têm a maior concentração populacional do município: Regional Maracanã e Regional Osasco/Rocha Grande (IBGE, 2010). Para tanto, se faz necessário o envolvimento dos servidores públicos da casa que estão mais diretamente envolvidos no processo legislativo:

vereadores, assessores parlamentares, técnicos legislativos, assessoria do legislativo, assessoria de imprensa e informática. Descentralizar as atividades do legislativo contribuirá para o fortalecimento da participação da sociedade na democracia (BRESSER-PEREIRA, 2009). É uma forma de criar mecanismos efetivos de participação popular da CMC. Isto posto, a importância da proposta para a organização será o dinamismo em projetos de lei e em geral, a celeridade no atendimento à população, bem como conhecer os problemas reais da cidade. E para os munícipes, possibilitará a compreensão de todo o processo decisório e a conscientização da necessidade de sua participação política, incentivando a democracia participativa por meio do Programa de Câmara Itinerante que se pretende estabelecer e efetivar no município.

O presidente da CMC, com apoio de representantes dos moradores e das escolas de bairros, se pode buscar a participação da comunidade por meio da ajuda dos diretores e outros colaboradores. O prazo para aplicação do programa deverá acontecer durante o ano todo, com estimativa de várias reuniões, conforme necessidades para discussão e decisão dos assuntos e problemas detectados no município, em cada uma das regionais (SÃO PAULO, 2011).

Buscando a efetividade do programa, será de suma importância a existência de alguns mecanismos, como campanhas de incentivo e conscientização sobre gestão democrática e participação popular contínuas, a fim de levar informação e conhecimento ao cidadão, sobre o legislativo como um todo. Almeja-se que com a criação das campanhas gere-se na população uma reflexão e conscientização para desenvolver uma visão crítica, que entendam seus direitos civis e políticos, e os exerçam. Mas ainda existe um fator cultural a ser salientado, que influencia outras pessoas em um processo em cadeia de desinteresse. E é neste sentido que tais campanhas deverão elucidar que a pouca participação influencia nas decisões da população, consequentemente minando a democracia (BAQUERO, 2011).

#### 4.1.1 Plano de implantação

Segundo Dagnino (2009), após determinar a situação-problema define-se as ações, as atividades e as tarefas, as quais serão as etapas de um plano de implementação para a solução. O detalhamento disso deverá ser executado até um ponto necessário para a compreensão clara da operacionalização do projeto, de acordo com a necessidade do ator. E ressalta-se que as tarefas deverão ser refeitas periodicamente, em função das necessidades. Dessa forma, as ações e tarefas serão verificáveis, a fim de garantir que irão atingir os resultados esperados.

Após analisar alguns exemplos das cidades que aplicam de forma exitosa o programa CI, e comparando com as pesquisas bibliográficas sobre a participação popular em CMS, pode-se perceber que o modelo pode adequar-se ao Município de Colombo para que os trabalhos de mobilização popular sejam facilitados. A seguir, serão descritas as ações do projeto:

**Ação 1:** alteração do Regime Interno, no primeiro momento, é necessária a alteração da lei no regimento interno, para que seja possível a realização das sessões fora do plenário da sede da CMC. O próprio texto normativo prevê os procedimentos para a sua alteração no artigo 199, através de um Projeto de Resolução (COLOMBO. Câmara Municipal, 2005).

**Tarefa:** elaborar o texto de alteração

**Prazo:** de março a abril de 2019

**Responsabilidades:** 2 assessorias jurídica, 16 vereadores e 1 presidente da Casa

**Metodologia:** após reunião entre os responsáveis será redigida a alteração do parágrafo primeiro do art.1º do Regimento Interno da Casa, que passará a vigorar com o seguinte texto: “[...] a Câmara poderá reunir-se em outro local da Cidade de Colombo, com a instituição do Programa Câmara Itinerante visando a integração e a aproximação dos munícipes junto as atividades do Poder Legislativo. A organização e a direção dos trabalhos da Câmara Itinerante serão realizadas pelo Presidente da Casa, e na sua eventual ausência pelo Vereador por ele indicado. Para a realização deste Programa as despesas operacionais ocorrerão, no que couber, à conta de dotações próprias, do orçamento anual da Câmara Municipal”. Uma vez aprovado o texto pela mesa diretiva, será realizada a leitura em plenário para a aprovação do projeto por no mínimo 1/3 dos vereadores. Então, promulgado e publicado.

**Recursos:** não implica em custos, pois ocorrerá durante a jornada de trabalho dos servidores.

**Monitoramento:** mesa diretiva verificará em cada etapa da redação se estará de acordo com o programa a ser instituído.

**Ação 2:** instituir horário para as sessões que serão realizadas nas regionais, para o horário das sessões itinerantes os parlamentares poderão decidir pelo melhor horário que venha a satisfazer a participação da comunidade, como exposto nas pesquisas, que não sejam realizadas em horário comercial.

**Tarefa:** elaborar texto

**Prazo:** de março a abril de 2019

**Responsabilidades:** 16 parlamentares e 1 presidência

**Metodologia:** será proposto em reunião, entre os responsáveis, o horário para essas sessões itinerantes, e então para formalizar e divulgar será lido um requerimento em plenário, para a aprovação dos parlamentares (COLOMBO. Câmara Municipal, 2005). Para o conhecimento

da população serão usadas mídias sociais, site, WhatsApp e Facebook, que serão criadas na ação 3 a seguir.

**Recursos:** não implica em custos, pois ocorrerá durante a jornada de trabalho dos servidores

**Monitoramento:** nas primeiras sessões itinerantes a comissão da ação 6 (que será apresentada na página 48) ficará responsável por averiguar se o horário estabelecido foi bem aceito pela população, através de uma pesquisa de campo (perguntas rápidas) na entrada com as pessoas. Com o objetivo de verificar se houve aumento de participação da população, uma senha será entregue para cada pessoa e o número total será apurado. Caso seja negativo, o resultado dessa pesquisa será levado ao conhecimento da mesa diretiva, que reformulará a decisão de acordo com a nova pesquisa de campo realizada por essa comissão. O relatório após a CI terá: o número de participantes da comunidade; o número de servidores envolvidos; a pesquisa de campo com os resultados apurados qualitativamente e quantitativamente, da ata da sessão e dos recursos dispostos para a realização.

**Ação 3:** elaborar plano estratégico de comunicação - um plano estratégico de comunicação ajudará a atingir os objetivos e colocá-los em prática (MENDES, 2012).

No primeiro momento abrir um espaço de inteiração no próprio site da CMC para consulta com os parlamentares sobre sugestão de pauta, indicações e projetos que são relevantes para as regiões onde serão realizadas as sessões. Paralelamente criar o WhatsApp *bussiness*, que é o aplicativo direcionado às empresas, pois facilita a inteiração com o público (DIAS, 2018). Criar conta no Facebook da CMC, dispondo das notícias e assuntos pertinentes ao legislativo; Por meio de ferramentas como *Google Analytics*, que possibilita a integração com o site da CMC e dá dados detalhados em tempo real, como a quantidade de acesso, pessoas que navegam, localização dos usuários, principais temas pesquisados no campo de busca e a partir de quais links chegaram ao site (CONVERSION, 2015).

**Tarefa:** realizar reuniões entre a assessoria de imprensa da Casa e assessoria de informática

**Prazo:** março a dezembro de 2019

**Responsabilidades:** 1 assessora de imprensa da Casa e 2 assessores de apoio legislativo e 1 assessor de informática

**Metodologia:** as assessorias de imprensa e de informática, após reunião e tomada à decisão de como será o plano estratégico, farão as mudanças no site da CMC. Instalarão o aplicativo WhatsApp *bussiness* (aplicativo será instalado no pacote empresarial de celular já disposto para esses servidores), com os contatos cedidos pelos parlamentares de seus eleitores e amigos. Criarão a conta do Facebook da CMC. Essas ferramentas servirão para divulgar à população, as incentivando a acompanharem e participarem das atividades da CMC. E,

concomitante a isso, o assessor de informática instalará a ferramenta *Google Analytics*, que servirá para averiguar se houveram mudanças. As sugestões de pautas serão repassadas para a assessoria de apoio legislativo, para dar andamento de inclusão para as mesmas na CI.

**Recursos:** não implica em custos, pois são ferramentas gratuitas, e ocorrerá durante a jornada de trabalho dos servidores.

**Monitoramento:** o assessor de informática ficará a cargo de garantir as funcionalidades dos aplicativos e redes sociais, realizando relatórios semanais advindos da ferramenta *Google Analytics*, e repassando aos devidos setores os pedidos de informação ou outros se houver. A assessoria de imprensa realizará a elaboração dos conteúdos das mensagens, definirá como abordar e interagir com população, elaborará relatórios sobre a comunicação. A assessoria de imprensa poderá contar com uma assessora do apoio legislativo. A comissão de comunicação se reunirá a cada duas semanas para tratar dos assuntos do planejamento estratégico. A assessoria de imprensa, informática e apoio legislativo apresentarão, em reunião, relatórios semanais sobre os resultados da metodologia aplicada no plano estratégico de comunicação, direcionados ao gabinete da presidência. E elaborarão um relatório mensal com dados sobre os números de acessos às mídias sociais, pedidos mais realizados e da ata da reunião sobre a atividade do plano estratégico de comunicação com o seu resultado mensal.

**Ação 4:** desenvolver campanhas educativas sobre o papel do vereador, e a importância da participação da população nos processos legislativos, que será de suma importância, pois a partir dessa que a população tomará conhecimento do que está acontecendo no processo legislativo (PENA JUNIOR; CONTINI, 2011).

**Tarefa:** criar ferramentas de publicidade e divulgação do Programa Câmara Itinerante.

**Prazo:** a partir de abril de 2019

**Responsabilidades:** chefe de divisão, assessoria do legislativo e assessoria de imprensa.

**Metodologia:** após a ação 3, serão dispostos na página da CMC textos com linguagem didática sobre o papel do vereador, funções dos parlamentares e do legislativo, das comissões, do processo legislativo, da importância da participação popular para a democracia, dentre outros. A divulgação do Programa CI será por meio de jornais impressos de grande circulação, os quais a CMC têm convênio (Jornal de Colombo, Gazeta Metropolitana e Bem Paraná), e mensagens por WhatsApp e Facebook, a fim de chamar a atenção da população com a chamada da Câmara Itinerante e o horário a ser realizado nas Regionais.

**Recursos:** não implicará em mais recursos, pois os jornais têm convênios assinados.

**Monitoramento:** assessoria de imprensa irá monitorar tanto as notícias publicadas sobre a CMC nos veículos de comunicação, quanto o feedback do público, para então realizar

relatórios semanais destinados à presidência da Casa. Também será elaborado um relatório mensal, com dados sobre o feedback do público e atas das reuniões realizadas para desenvolver a campanha educativa com os resultados.

**Ação 5:** estruturar e desenvolver a Escola do Legislativo, promovendo palestras educativas sobre o papel do vereador, e a importância da participação da população nos processos legislativos com essa ação se dará início a Escola do Legislativo que até a presente data não está formalmente estruturada, que trará mais chances de integração com a comunidade através de palestras divulgadas por meios eletrônicos (COLOMBO, Câmara Municipal, 2015).

**Tarefa:** instituir professores ou outros profissionais com conhecimento do legislativo para dar palestras, para proferir as formações.

**Prazo:** a partir de maio de 2019.

**Responsabilidades:** 1 presidência, 4 integrantes da mesa diretora, 1 chefe de divisão e 2 assessorias do legislativo e 1 assessoria de imprensa.

**Metodologia:** a mesa diretora nomeará os integrantes da Escola do Legislativo, os quais serão servidores efetivos do quadro funcional da CMC, de acordo com a Resolução 94/2015, após decidido será publicado em diário oficial através de portaria. A chefia de divisão e a assessoria do legislativo farão convênio com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas, a qual agrupa e representa as Escolas do Legislativo e de Contas do Brasil, e com faculdades, escolas técnicas e cursos profissionalizantes. Depois de realizado os convênios, mensalmente serão convidados professores e palestrantes para a Escola do Legislativo. A participação será de servidores, comunidade em geral e parlamentares, sendo que serão realizadas para controle, inscrições através canais divulgados antecipadamente pela mídia da Casa. Serão confeccionadas cartilhas impressas, didáticas e objetivas, com informações sobre a CMC, de responsabilidade de produção da divisão de apoio legislativo e assessoria de imprensa, para os participantes das palestras e cursos, sobre as leis usando sempre como referência a Associação Brasileira citada. Os participantes receberão um certificado assinado pelo presidente da casa, com a carga horária a ser definida pelo cronograma da Escola do Legislativo. A assessoria de imprensa fará a elaboração do texto sobre a Escola do Legislativo, com atualizações a cada curso ou palestra realizada, e a assessoria de informática irá disponibilizar as informações no site, WhatsApp e Facebook sempre se atendo com a ferramenta *Google Analytics*, supracitada na ação 3.

**Recursos:** tiragem inicial de 500 cartilhas no valor de 4.000,00 mil reais

**Monitoramento:** os responsáveis entregarão uma lista de presenças e aplicarão um questionário de avaliação aos participantes ao final de cada encontro. Farão relatórios após cada palestra ou curso ministrado. Será marcada uma reunião pela chefia de divisão para o *feedback* e resultados sobre a participação da comunidade, e como será realizada a próxima palestra ou curso, e está dirigirá um relatório ao gabinete da presidência. Ao final de cada semestre, será realizado pelos responsáveis um relatório com a avaliação do curso pelos participantes, números de participantes e ata das reuniões realizadas para cada encontro.

**Ação 6:** criar uma comissão responsável pela dinâmica das CI a fim de fortalecer e ampliar a participação popular para a aproximação da população com as atividades legislativas - ao criar essa comissão, irá dinamizar todo o processo operacional do Programa de CI, dando agilidade, atentando aos detalhes e indicando as prioridades necessárias para a execução das tarefas e da realização da sessão.

**Tarefa:** realizar quatro reuniões de trabalho, um mês antes da CI, com os setores envolvidos: chefe de divisão do legislativo, assessoria de imprensa, de informática, do apoio legislativo e técnicos legislativos, para fazer um *check list* com pautas de prioridade às indicações relevantes aos bairros da área da Regional, e fazer a divisão das tarefas aliado ao cronograma das sessões a serem realizadas nas regionais. **Prazo:** segunda quinzena de julho de 2019

**Responsabilidades:** 1 chefe de divisão do legislativo, 1 assessoria de imprensa e 2 do legislativo.

**Metodologia:** depois de decidido em reunião entre chefe do legislativo e presidência, e já tomado as providências de protocolar o pedido, conforme será explicado na página 53, sabendo-se do dia e horário definidos, a chefe de divisão do legislativo cuidará de toda a organização (providenciar os motoristas para transportes dos servidores – os vereadores e seus assessores têm transporte próprio – e verificar se todas as tarefas elencadas nas reuniões de preparação foram realizadas). A assessoria de imprensa realizará a elaboração do texto a ser postado na mídia, o apoio legislativo tomará as providências de registros de atas e documentos necessários a serem levados para a regional. A assessoria de informática ficará responsável pelo funcionamento dos equipamentos de apoio.

**Recursos:** 2 notebooks, 6 microfones, 2 caixas de som e 1 mini projetor.

**Monitoramento:** Os técnicos legislativos farão uma pesquisa de campo, como supracitado na ação 2, dar a informações ao público e fazer o que for necessário para auxiliar na sessão no desempenho de suas funções. Será elaborado um relatório após a análise com dados para a verificação em relação a sessão itinerante, se o objetivo de aumento de participação foi atingido. Os servidores envolvidos serão chamados para a reunião através de circular no



quadro de avisos. A reunião será transcrita. Após a sessão itinerante será realizado um relatório por cada servidor que esteve presente na CI, sendo marcada uma reunião pela chefe de divisão do legislativo, para o feedback e o resultado, atentando-se aos pontos fortes e fracos da primeira CI e como será os procedimentos para as demais.

#### 4.1.2 Recursos

Para desenvolver esta proposta serão necessários recursos humanos, materiais, logística, tecnológicos, além do uso de estruturas físicas para realização das reuniões.

Recursos Humanos: Para Salles (2014), esses recursos dizem respeito ao gerenciamento de pessoas e coordenação dos processos de trabalho. As pessoas que desenvolverão os procedimentos são as envolvidas diretamente com a dinâmica das sessões: dois assessores do apoio legislativo, uma assessora de imprensa (cargo concomitante da jornalista), um assessor de informática, uma chefe de divisão do legislativo, 17 vereadores, e quatro técnicos legislativos. Como indicado a seguir para cada ação: **Ação 1:** assessoria jurídica, vereadores e presidente da Casa; **Ação 2:** parlamentares, presidência e técnicos legislativos; **Ação 3:** assessoria de imprensa da Casa e assessoria de apoio legislativo; **Ação 4:** chefe de divisão e assessoria do legislativo e assessoria de imprensa; **Ação 5:** presidência, mesa diretora, chefe de divisão e assessoria do legislativo e assessoria de imprensa e **Ação 6:** chefe de divisão do legislativo e assessorias de imprensa e legislativo.

Recursos Materiais: Segundo Salles (2014), são os meios físicos que ajudam a conseguir o objetivo, para tanto, para cada ação serão necessários: **Ação 1:** material de escritório, computadores e impressoras, recursos já existentes; **Ação 2:** material de escritório, computadores e impressoras, recursos já existentes; **Ação 3:** material de escritório, computadores e impressoras, recursos já existentes, instalação das ferramentas WhatsApp *bussiness* e *Google Analytics*, ambos com downloads gratuitos; **Ação 4:** não será necessário recurso material, pois além das ferramentas gratuitas os convênios com os jornais já estão no orçamento; **Ação 5:** para a confecção da cartilha com uma tiragem inicial de 500 exemplares com valor aproximado de 4.000,00 mil reais, valor este não sendo necessário passar por processo licitatório e **Ação 6:** serão necessários: um mini projetor no valor de 600,00 reais, seis microfones sem fio no valor de 6.000,00 mil reais, duas caixas de som com o valor de 3.4000,00 mil reais, duas caixas de copos de água por sessão para os vereadores no valor de 80,00 reais, pois não haverá a copeira para servir água como no plenário. Para realização das reuniões, 17 mesas com cadeiras para os parlamentares para a Regional do Maracanã, nesse

local não há mesas, no valor aproximado de 10.000,00 mil reais e frete para levá-las no valor de 240,00 (ida e volta). Para os valores citados não será necessário passar por processo licitatório. Outros materiais como notebooks para registro de ata e para projeção das matérias para o público visualizar, a CMC já possui. Para o deslocamento dos servidores, a CMC já possui dois carros e motoristas e estes são servidores concursados efetivos da própria CMC com a função de motoristas e assim, os aos locais e trazê-los à CMC (COLOMBO. Câmara Municipal, 2019a).

Em relação à estrutura física necessária à realização das reuniões será disposto um local para a Regional Maracanã, duas vezes ao ano no Park Shopping, um imóvel da própria prefeitura, bem como, a facilidade de acesso e a proximidade com o terminal rodoviário urbano. Neste há o auditório, que é da própria prefeitura do município que subloca para lojas da região como forma de geração de emprego. A CMC por ser órgão público tem a prioridade de utilização do espaço, sendo que através de protocolos direcionados à Secretaria de Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude no departamento de cultura, será agendado o evento solicitado. Dessa forma, o gabinete da presidência fará a solicitação através do protocolo, o encaminhará ao departamento de cultura e o agendará para as datas e horários solicitados. Na Regional Roça Grande/Osasco as reuniões serão no Colégio Estadual Júlia Cavassin, com o procedimento através de protocolo enviado para a diretoria do colégio com datas e horários para o agendamento. Após as 17h apenas algumas salas serão ocupadas pelas turmas do colégio, assim haverá espaço suficiente para realizar as sessões.

Recursos Financeiros: a projeção estimada em valores financeiros é de 24.930,00 mil reais, o recurso saíra do orçamento estimado para 2019. Sob o ponto de vista do investimento financeiro necessário para a implantação desta proposta, a CMC terá mais que suficiente para as despesas, segundo entrevista realizada com a chefe da divisão do administrativo e contador da CMC. Recursos políticos: serão as leis da Constituição Federal, do Município, Projetos de Lei de outras CM que já fizeram CI para embasar e gerar as alterações da legislação e regulamentação.

#### 4.1.3 Resultados Esperados

Segundo Pandim, Pereira e Politano (2012), os autores indicam a necessidade de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação do grau de sucesso da implantação da proposta técnica, sendo resultados quantitativos e qualitativos descritos a seguir:

Resultados Quantitativos: Para que haja uma eficácia em relação a proposta do projeto deverá haver um monitoramento a partir da primeira CI para avaliar a participação popular com a entrega de senhas na entrada, sendo uma maneira de quantificar o número de pessoas, a meta deverá ser o aumento 100%, o dobro do que foi observado nas oito semanas consecutivas por pesquisa realizada a qual a população considerada a participar em local acessível, passando de 24 para mínimo de 48 pessoas. A resposta para o plano estratégico de comunicação poderá atingir a meta de 50%, usando como parâmetro a informação obtida pelo assessor de informática, sobre os pedidos de informações no site da CMC, que foram de máximo cinco ao ano, e comparar com após a instalação de ferramentas (*Google Analytics*, WhatsApp e facebook), passando de cinco para oito pedidos de informações, além de sugestões e número de visualizações serão monitoradas. A meta da participação na Escola do Legislativo será de atingir uma frequência de 20 pessoas, ao comparar a observação das oito semanas consecutivas no plenário. A realização no primeiro ano da CI, serão ao menos quatro sessões itinerantes com duas sessões na Regional Maracanã ao ano e, duas sessões na Regional Roça Grande/Osasco.

Resultados Qualitativos: Os resultados a serem alcançados é que a população tenha uma participação ativa e crescente nos processos legislativos. Nas sessões realizadas nas regionais serão tratados assuntos de interesse dos bairros próximos que poderão repercutir na melhoria não só apenas desses, mas abranger outros, e assim despertar a conscientização de participar. A partir de então, compreende-se que a tendência da influência positiva na contribuição para um maior envolvimento com a comunidade devido a possibilidade do diálogo e da troca de ideias e opiniões. Com o plano estratégico de comunicação será uma forma de garantir a participação efetiva da população, vindo a conscientizar a população da importância da participação, fortalecendo a democracia, o debate de ideias e aprimorando o processo de decisão entre parlamentares e comunidade. As campanhas educativas sobre o papel do vereador e da importância da participação popular serão grandes aliadas para o entendimento e o envolvimento da comunidade local, dessa forma contribuirá com o cumprimento das realizações de projetos para o município, das condições de infraestrutura, fiscalizar as ações dos parlamentares, por exemplo. A participação da população na Escola do Legislativo a cada aula da escola será disponibilizada um questionário sobre a satisfação sobre o assunto abordado, o entendimento e sugestões para que se possa avaliar o grau de sucesso dessa ação qualitativamente. Pois, com a ampliação da participação popular por meio de sessões itinerantes com a readequação de datas e horários e viabilizar ferramentas de que promovam a inclusão e a interação do munícipe, a fim contribuir com a participação ativa dos cidadãos, o

discurso de sessões em linguagem popular o que permitirá a todos os participantes da sessão a compreensão e assim melhor possam discuti-lo na sessão e o que irá afetar na vida do mesmo.

#### 4.1.4 Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo-Corretivas

As ações propostas não irão gerar efeitos indesejáveis, porém poderão encontrar resistências de alguns vereadores, na própria participação popular no plenário da CMC, nas Regionais no início com alguma timidez da comunidade, no entanto irão subsidiar diretamente para o processo democrático participativo do poder legislativo.

Nos aspectos políticos, entre os vereadores não há consenso e cria uma resistência para a aprovação de projetos de leis e emendas. E, considerando o resultado da pesquisa, 6% dos agentes públicos, não acreditava na proposta de ter uma efetiva participação da população nas sessões itinerantes. Essa resistência está relacionada ao fato de se exporem perante a população, pois isso influencia sua imagem política e sua possível permanência em futuras legislaturas. Em relação aos servidores, movidos pela descrença, não creem na possibilidade de mudança no pensamento da população, e creem que o desinteresse popular pela política, as impossibilita de participarem das sessões itinerantes, ainda que sejam mais próximas e acessíveis fisicamente (MIGUEL, 2014).

A medida preventiva-corretiva do problema supracitado será expor este projeto de proposta de intervenção até esgotar todas as suas dúvidas, de forma que aqueles que foram identificados como mais sensíveis com a sua não aprovação, possam se alinhar com o projeto e serem favoráveis as ações propostas. Os aspectos técnicos e jurídicos poderão sinalizar alguns entraves, no entanto, as ações são embasadas na legislação para respaldar e garantir de modo efetivo a participação popular descentralizada e como também nas pesquisas realizadas.

O ponto fraco poderá ser a dependência legítima, que segundo Faria, Stolte e Meira Junior (2017), é a dependência de outros setores pouco interessados pela ação ou pelos trâmites burocráticos, já que a administração pública é conhecida pela morosidade em seus processos; dos parlamentares que muitas vezes desconhecem os trâmites do processo administrativo dentro do legislativo; e de eventuais servidores que poderão procrastinar nos processos de importantes mudanças na infraestrutura organizacional que proporciona a falta de participação nas principais decisões do município.

Para a prevenção e a correção, a solução encontrada será por meio de divulgações por aquilo já enunciado na Ação nº 3 (WhatsApp, Facebook, *site* da CMC); as campanhas educativas em que a população toma conhecimento do papel do vereador, como evidenciado

na Ação nº 4; e, a Escola do Legislativo, discutida na Ação nº 5, com isso, pretende-se atingir o maior número de pessoas, convocando-as para participar do processo legislativo, evidenciando seus direitos como cidadão enfatizando a conscientização e a reafirmação do Estado Democrático de Direito (AVRITZER, 2009).

## 5 CONCLUSÃO

Ao propor um projeto de ação que possa trazer benefícios a realidade existente e contribuir para melhorias do trabalho do Legislativo pretende-se estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas e incentivar a participação popular no exercício da sua cidadania. A participação da população nas decisões da CMC se faz necessária para que se tome conhecimento das atividades relacionadas, se envolva com as ações propostas e que se acompanhe e fiscalize o que seus representantes estão colocando em prática de fato.

A proposta técnica apresentada nesta pesquisa evidenciou uma mudança necessária na administração pública do município de Colombo, mesmo que esta ocorra lentamente, sendo preciso dar os primeiros passos rumo à gestão democrática incentivando a comunidade a participar deste processo. A proposta de CI é inovadora para o município e muito tem a somar com as necessidades vigentes, assim trará uma visão contemporânea para as atividades na CMC.

Os instrumentos escolhidos enriquecem e descentralizam as atividades, levando as reuniões para lugares estratégicos onde haja maior número populacional que possam se interessar e participar das sessões.

Esta pesquisa atingiu aos objetivos propostos elencados em cada capítulo do presente estudo, trazendo uma revisão de literatura sobre a temática, propondo ações viáveis. Diante do exposto, o que motivou a realização deste projeto de intervenção foi ter tido a chance de apresentar subsídios possíveis para iniciar as mudanças ainda neste ano de 2019.

Alinhar estratégias e instrumentos de participação foi fundamental para responder a problemática levantada, sobre a pouca participação popular, sendo uma das grandes dificuldades o acesso e horário das sessões, e com as propostas de descentralização, realizando readequação de datas e horários nas sub-regionais.

A participação popular nas decisões e gestão pública, embora assegurada em lei ainda é incipiente, pois boa parte da população desconhece seus direitos e deveres e das atividades que poderiam exercer. Neste ínterim busca apresentar as propostas de intervenção

com intuito de conscientizar a sociedade da finalidade de se tornar um cidadão íntegro nas atividades.

Para efetividade do projeto é preciso que todas as etapas descritivas no último capítulo sejam aplicadas de modo a garantir as mudanças necessárias. Como recomendação é preciso refletir que desafios surgirão e que será importante garra, comprometimento e novos alinhamentos para concretização dos resultados esperados. Além disso, se entende que a gestão democrática e participação popular são processos, sendo necessárias ações contínuas, havendo avanços e dificuldades ao longo do caminho, decorrentes de fatores históricos, sociais, mudanças nos membros da CMC, dentre outros.

É preciso que toda equipe esteja ciente de seu papel, das contribuições que pode trazer em benefício das transformações almejadas pensando coletivamente nas propostas a serem implantadas. Um caminho democrático se inicia com um projeto, que aos poucos poderá se tornar realidade à medida que são respeitadas as necessidades e opinião coletiva. A continuidade da intervenção só será possível mediante reflexão e prática de todos participantes.

Esta pesquisa abre leque para futuras pesquisas com assuntos que abrangem o tema e amplia de maneira específica cada assunto explanado neste estudo. Entre estes assuntos a serem percorridos posteriormente estão: maior aprofundamento no setor antropológico acerca das interações entre a comunidade do município e seus representantes; ampliação deste projeto para outros bairros do município, conforme necessidade; assim como maior abrangência dos assuntos discutidos sobre participação popular no Poder Legislativo, entre outros que possam dar continuidade na pesquisa científica e incentivar novos estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, Maria S. et al. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45654>>. Acesso em: 07. Dez. 2018.

ASSIS, Luiz Fernandez. **Educando para a cidadania: A experiência da escola do Legislativo**. Educação & Sociedade, v. 18, n. 59, ago. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v18n59/18n59a07.pdf>>. Acesso em: 26. Jan.2019.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414010361448>>. Acesso em: 07. Jan. 2019.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104, out/dez.2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04. Jan. 2019.

BARRETO, Marcio P.; MOURA, Jéssica M.; GUERRA, Joanna O. **Descentralização, gestão democrática e participação social: a conferência das cidades como instrumento de interlocução municipal**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 25, 2015, São Luiz. **Anais [...]**. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/descentralizacao-gestao-democratica-e-participacao-social-a-conferencia-das-cidades-como-instrumento-de-interlocucao-municipal.pdf>>. Acesso em: 30. Jan. 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros. 2000. Disponível em: <[http://lelivros.love/book/download-ciencia-politica-paulo-bonavides-epub-mobi-pdf/#tab-additional\\_information](http://lelivros.love/book/download-ciencia-politica-paulo-bonavides-epub-mobi-pdf/#tab-additional_information)>. Acesso em: 10.jan.2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução da Câmara dos deputados nº 21 de 31 de maio de 2001. **Cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa**. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2001/resolucaodacamaradosdeputados-21-30-maio-2001-319754-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07. Mar. 2019.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/)>. Acesso em: 16. jan. 2019.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988. Dispõe o artigo 1º sobre a união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal constituindo-se em Estado Democrático de Direito com fundamentos. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_1\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_1_.asp)>. Acesso em: 07. mar. 2019.



BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988. Dispõe o artigo 5º sobre que todos os cidadãos brasileiros ou não residentes no país são iguais perante a lei. Disponível em:

<[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_5\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_5_.asp)>.

Acesso em: 07. mar. 2019.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988. Dispõe sobre o artigo 37 em que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Disponível em:

<[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_37\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_37_.asp)>.

Acesso em: 07. mar. 2019.

BRELÀZ, Gabriela. **O processo de institucionalização da participação na câmara municipal de São Paulo**: uma análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010).

Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. (Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo). São Paulo, 2012. Disponível

em:<<https://mail.google.com/mail/u/0/?zx=h3t8nf62hy08#inbox/FMfcgxwBVMqTHKJjqHV CZpJDQfCtPpMW?projector=1&messagePartId=0.6>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Construindo o estado republicano**: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<

[http://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Estado%20e%20Políticas%20Publicas/EPP%2007\\_Bresser-Pereira%20-%20Construindo%20o%20Estado%20republicano.pdf](http://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Estado%20e%20Políticas%20Publicas/EPP%2007_Bresser-Pereira%20-%20Construindo%20o%20Estado%20republicano.pdf)>. Acesso em:

04.jan. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO. Colombo, 1998. **Ata 34 e 35 da reunião ordinária nos dias 01 e 08 de set. de 1998**. Livro 22.

CARNEIRO, Rommel. Teoria da democracia participativa: análise à luz do princípio da soberania popular. **Revista Jurídica, Brasília**, v. 9, n. 87, p.25-34, out. /nov., 2007.

Disponível

em:<<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/viewFile/280/269>>.

Acesso em: 08. Jan.2019.

CASCAVEL. Câmara Municipal de Cascavel. **Câmara itinerante**. Cascavel, 2007.

Disponível em:< <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/3448-camara-itinerante.html>> Acesso em: 19. Dez. 2018.

COSTA, Andressa Liege Vieira. **Desconfiança e desinteresse político no sul do Brasil**:

percepções da juventude em relação à política. In: 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 07, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-COSTA-](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-COSTA-Andressa-Liege-Vieira-Desconfian%C3%A7a-e-Desinteresse-Pol%C3%ADtico-no-Sul-do-Brasil-Percep%C3%A7%C3%B5es-da-Juventude-em-Rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pol%C3%ADtica.pdf)

[Andressa-Liege-Vieira-Desconfian%C3%A7a-e-Desinteresse-Pol%C3%ADtico-no-Sul-do-Brasil-Percep%C3%A7%C3%B5es-da-Juventude-em-Rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pol%C3%ADtica.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-COSTA-Andressa-Liege-Vieira-Desconfian%C3%A7a-e-Desinteresse-Pol%C3%ADtico-no-Sul-do-Brasil-Percep%C3%A7%C3%B5es-da-Juventude-em-Rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pol%C3%ADtica.pdf)>. Acesso em: 29. jan. 2019.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. Resolução nº 076, de 13 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Colombo. **Câmara Municipal**. Colombo, 13 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ceaam.net/clb/legislacao/res/2005/R0076.htm>>. Acesso em: 17. jan. 2019.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. Resolução nº 94, de 22 de abril de 2015a. **Institui a Escola do Legislativo na Câmara Municipal de Colombo e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 06. mar. 2019.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. Emenda à Lei Orgânica nº 12 de 07 de julho de 2015b. **Dá nova redação ao artigo 11 da Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 07. mar. 2019.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. **Funcionamento da câmara municipal**. Colombo, 2018. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 18. nov. 2018.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. **Portal da transparência**. Colombo, 2019a. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11. jan. 2019.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. **Livro dos 128 anos da câmara municipal de Colombo/PR**. Colombo, 2019b. Em fase de pré-publicação.

COLOMBO. Câmara Municipal de Colombo. **Escola do legislativo**. 2019c. Disponível em: <http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 18. jan. 2019.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 559, de 06 de junho de 1995. Fixa os limites territoriais dos Distritos do Maracanã, Roça Grande e Santa Rita. **Pub. Folha de Colombo nº 215**. Colombo, 10. jun. 1995. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11. jan. 2019.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Colombo/história**. Colombo, 2013a. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11. jan. 2019.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Perfil do município de colombo**. Colombo, 2013b. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11. jan. 2019.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Regional Maracanã**. Colombo, 2019. Disponível em: <<http://portal.colombo.pr.gov.br/regional-maracana-2/>>. Acesso em: 16. jan. 2019.

CONVERSION. Performance Criativa. Google Analytics: **o que é, benefícios e como instalar**, 2015. Disponível em: <<https://www.conversion.com.br/google-analytics/>>. Acesso em: 07. mar. 2019.

DAGNINO, Renato. Planejamento estratégico governamental. Departamento de Ciências de Administração. Florianópolis: CAPES: UAB, 2009.

DALLARI, Dalmo A. **O que é a participação política**. 4 eds. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIAS, Camila. **Whatsapp business: saiba como funciona**. Disponível em: <<https://digitalks.com.br/artigos/whatsapp-business-saiba-como-funciona/>>. Acesso em: 07. mar. 2019.

FARIA, Vinícius L.; STOLTE, Antônio J.; MEIRA JUNIOR, José J. Estado social e desigualdades: reflexões acerca da relação entre serviço público e desenvolvimento. **Revista Percurso Unicuritiba**, v.2, n. 21, n.p, 2017. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/2603>>. Acesso em: 07. mar. 2019.

FERNANDES, Emanuela; SILVA, Geruzia; GOMES, Maria A. **Gestão Democrática na Política: um estudo de caso sobre da participação popular na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Ibicuitinga (CE)**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Diretoria de Educação Aberta e a Distância, Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, Limoeiro do Norte, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/319/1/Emanuela%20Rodrigues%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 15. jan. 2015.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Projeto de Resolução nº9, de 19 de maio de 2005. **Câmara Municipal**, Foz do Iguaçu, PR, 19. Mai. 2005. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/projetos.php?p2=141>>. Acesso em: 02. jan. 2019.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). **O vereador e a câmara municipal**. (Coord.) Gonçalves, Marcos. 6. ed. Atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divulga malha municipal e informações dos setores censitários do censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 19.dez.2018.

JOFFRE NETO, Joaquim. **Câmaras municipais no brasil: um estudo introdutório do afastamento dos legislativos municipais de suas funções constitucionais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5222>>. Acesso em: 24. jan.2019.

KATZINSKY, Luciane. **A análise da relação colombo e Curitiba à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana**. 96 f. Tese (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/994/LucianeKatzinsky.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16. jan.2019.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas: 2003.

MACEDO, Paulo, S. Democracia participativa na constituição brasileira. **Brasília: Senado Federal**, 2008. Disponível

em:<[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril\\_v45\\_n178\\_p181.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril_v45_n178_p181.pdf)>. Acesso em: 09. jan. 2019.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, 10, p. 5-34. São Paulo: Anpocs, 1995. Disponível em:< [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_29/rbcs29\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm)>. Acesso em: 08. jan. 2019.

MENDES, Marioly Oze. Câmara de vereadores: casa do povo?. **Revista Jus Navigandi**, v.17, n. 3410, nov. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/pareceres/22935>>. Acesso em: 25. jan. 2019.

MIGUEL, Luis F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. **Revista Lua Nova**, v. 92, n.1, p. 13-43, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a02n92.pdf>> Acesso em: 07. mar.2019.

NASCIMENTO, Iara M. **Câmara itinerante**: espaço aberto para a deliberação e participação popular. **Revista Verso e Reverso**, vol. 24, n. 55, janeiro/abril, 2010. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em:< <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/58/5>>. Acesso em: 13. jan.2019.

PANDIM, Fábio J.; PEREIRA, Neócles A.; POLITANO, Paulo R. Modelo quantitativo para avaliação e melhoria de desempenho do processo de S&OP baseado no diagnóstico e redução de falhas. **Revista Gestão de Produção**, v. 19, n. 2, p. 361-375, 2012. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/gp/v19n2/v19n2a10.pdf>>. Acesso em: 07. mar. 2019

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de: ROUANTE, Luiz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Original em inglês. Disponível em:< <http://files.anexositecp.webnode.pt/200000082-88343892ea/PATEMAN,%20C.%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Teoria%20Democr%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 09. jan.2019.

PENA JUNIOR, Marcos A.; CONTINI, Elísio. **Participação popular na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento local: análise de práticas no município de serrinha/rn**. Belo Horizonte, 2011. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/904183/participacao-popular-na-elaboracao-de-politicas-publicas-de-desenvolvimento-local-analise-de-praticas-no-municipio-de-serrinharn>>. Acesso em: 10. jan. 2019.

PESSOA, Francisco L. **Atendimento dos vereadores aos munícipes na cidade de Jacareí**. Monografia de especialização (Curso de Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1781/1/CT\\_GPM\\_II\\_2012\\_37.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1781/1/CT_GPM_II_2012_37.pdf)>. Acesso em: 12. jan. 2019.

PETRUCCI, Jivago. Gestão democrática da cidade: delineamento constitucional e legal. **Revista Jus Navigandi**, v. 9, n. 276, abr. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5051>>. Acesso em: 13. jan. 2019.

PIESSANTI, Clarissa. **As audiências públicas no processo legislativo: a participação popular na Câmara de vereadores de Ijuí – RS**. Monografia (Curso em Gestão Pública Municipal) Palmeira das missões, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11360/Piesanti\\_Clarissa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11360/Piesanti_Clarissa.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 13. jan. 2019.

PIMENTA, Rúbia. **Câmara de Maringá faz primeira sessão itinerante nesta quinta-feira**. Odiário.com, 14. Mar. 2013. Disponível em: <<https://maringa.odiario.com/maringa/2013/03/camara-de-maringa-faz-primeira-sessao-itinerante-nesta-quinta-feira/731417/>>. Acesso em: 11. jan. 2019.

POPULAÇÃO.NET. **O maior portal sobre a população brasileira**. (2010). Disponível em: <[http://populacao.net.br/populacao-centro\\_colombo\\_pr.html](http://populacao.net.br/populacao-centro_colombo_pr.html)>. Acesso em: 16. jan. 2019.

RAUPP, Fabiano M.; PINHO, José A. **Portais eletrônicos de câmaras localizadas em pequenos municípios catarinenses: murais eletrônicos ou promotores de construção da prestação de contas, transparência e participação?** Rio de Janeiro, v.14, n. 53, p. 37, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/1241/1168>>. Acesso em: 24. jan. 2019.

SALLES, Helena.M. **Gestão democrática e participativa**. 3 ed. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília, CAPES /UAB, 2014.

SAMPAIO, Guilherme H. A eficácia da gestão participativa e democrática no âmbito municipal: o princípio da participação popular. **Revista da Esmam**, São Luís, v. 10, n. 10, jan./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaesmam.tjma.jus.br/index.php/esmam/article/view/37/48>>. Acesso em: 16. jan. 2019.

SANTIN, Janaína; FAVRETTO, Mariane. Poder local, participação popular e clientelismo. **Direito, Estado e Sociedade**, Passo Fundo-RS, v. 50, p. 126-148, jan/jun. 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/320477892\\_Poder\\_Local\\_Participacao\\_Popular\\_e\\_Clientelismo\\_Local\\_Power\\_Popular\\_Participation\\_and\\_Clientelism](https://www.researchgate.net/publication/320477892_Poder_Local_Participacao_Popular_e_Clientelismo_Local_Power_Popular_Participation_and_Clientelism)>. Acesso em: 25. jan. 2019.

SANTOS, Boaventura S; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **I Prêmio de boas práticas legislativas – 2010-2011**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/categorias.html>>. Acesso em: 19. dez. 2018.

SILVA, José Afonso da. **Processo Constitucional de Formação das Leis**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Laís Cristina da; VALDISSER, Cássio. Os processos legislativos na Câmara Municipal de Douradoquara: a importância da participação popular. **Rev. GETEC**, v.7, n.18, p.21-40, 2018. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/viewFile/1497/1024>>. Acesso em: 15. Jan. 2019.

VOGEL, Luiz Henrique. **Atualização de estudo sobre “participação popular nas decisões legislativas” (2006)**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/documentos/relatorios-de-atividades/participacaoPopularDecisoesLegislativo.pdf>>. Acesso em: 26. jan.2019.

## APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DESTINADO A CMC

Questionário para fins acadêmicos de Trabalho de Conclusão de Curso:

Câmara Municipal de Colombo

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1.No seu ponto de vista, a comunidade colombense acompanha as sessões semanais da Casa?

---

---

2.No seu ponto de vista é importante a participação popular nas sessões? Porque?

---

---

3. Na sua opinião as sessões da Casa são uma oportunidade para conhecer as demandas do município?

---

---

4. Você conhece alguma ação tomada por esta Casa de Leis com o objetivo de aproximar os cidadãos? Se sim, comente

---

---

5. Você acha interessante a ideia de as sessões ocorrerem ocasionalmente (cerca de 4 vezes ao ano) nas duas regionais do município: Maracanã e Osasco/ Roça Grande? Comente.

---

---



## APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DESTINADO À POPULAÇÃO

Questionário para fins acadêmicos de Trabalho de Conclusão de Curso:

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Empresa/Cargo/Função: \_\_\_\_\_

1. O sr(a) sabe qual é a função do vereador?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. O sr(a) sabe da existência das sessões na Câmara Municipal? Se sim, já participou?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. O sr(a) acompanha os projetos e votações da Câmara Municipal?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. O sr(a) se já viram as divulgações das sessões de quando ocorrem?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. O sr(a) pensa sobre a importância da participação popular nas sessões da Câmara Municipal?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. O sr(a) acha interessante a ideia de as sessões/reuniões serem itinerantes e que ocorreram ocasionalmente (cerca de 4 vezes ao ano) nas duas regionais do município: Maracanã e Osasco/ Roça Grande? Comente.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DA CMC



### DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

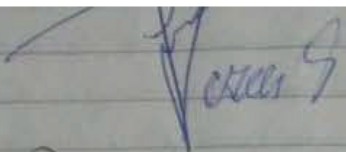
Conforme solicitado no Requerimento protocolado sob nº 014271 de 30 de novembro de 2018, autorizo a servidora pública deste Legislativo, Senhora Patrícia Assunção, a utilizar as informações públicas acerca da Câmara Municipal de Colombo para realização de Projeto Técnico, para o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

O acesso às informações dos arquivos da Câmara será com a supervisão do Chefe de documentação e Arquivo.

Colombo, 03 de dezembro de 2018.

VAGNER BRANDÃO  
Presidente

## ANEXO 2 - ATA Nº 34/98

  
 Ata nº 34/98  
 01-09-98 18h  
 Sessão Ordinária

No primeiro dia do mês de setembro de 1998, às dez horas, na Escola Estadual Tancredi de Almeida Neves na localidade do Jardim Monga, estiveram reunidos os quinze Vereadores que compõem este legislativo. A Sessão teve início com a leitura e aprovação da Ata nº 33/98 de 25-08-98. Na sequência, o Presidente colocou sob apreciação do Plenário as seguintes matérias: Projeto de lei do legislativo nº 195/98, o qual denomina a rua pública do município, localizada no Jardim Modelo. Iniciativa do Vereador Altair de Sousa Lima. Este projeto foi aprovado por que teve maior em primeira votação. Projeto de lei nº 197/98, denomina as ruas públicas do município, localizadas no Jardim Escalartes. Iniciativa dos Vereadores Baile, Antonio Calvo e Antoninho Geronimo Baldo. Este foi divulgado e encaminhado ao Departamento Jurídico para análise. Requerimento nº 112/98, requer seja resolvido o problema da rede de esgoto na localidade do Jardim dos Espelhos, ou seja os moradores do pagamento que é efetuado atualmente, tendo em vista que a obra encontra-se totalmente deturpada. Autor José Vicente de Lima. Requerimento nº 113/98,

## ANEXO 3 – ATA Nº 35/98

